

2

Edição
2017.2

JORNAL DA FACCOM

Jornal Laboratório
da Faculdade
de Comunicação
da UFBA



Páginas 14 e 15

Cinema universitário ganha força

Páginas 12 a 13

80% dos casos de assédio
na UFBA são contra
mulheres

Página 16 e 17

Cyber atletas sofrem com
o amadorismo nas relações
trabalhistas

Páginas 24 e 25

Nem Baêa, nem Vitória:
baianos se apaixonam pelo
futebol inglês



EDITORIAL

A universidade tem voz e tem espaço no Jornal da Facom. Nesta edição, que é a segunda do semestre 2017.2, revelamos como são crescentes os números dos casos de assédio que chegam à Ouvidoria da UFBA. Mostramos também como esse problema está sendo enfrentado no ambiente acadêmico e o surgimento de movimentos que buscam diminuir o silenciamento das vítimas. Convocamos todos ao debate! Já o destaque da capa surgiu da inquietação de nossa reportagem para saber o que falta para o cinema universitário baiano despontar e como a UFBA tem contribuído para o fomento dos novos cineastas. É uma edição para agradar não apenas cinéfilos, mas também amantes do futebol (ou, quem sabe, cinéfilos amantes de futebol). Mostramos uma galera da Bahia fissurada por times gringos, mas não esquecemos do esporte por aqui, com reportagens sobre as dificuldades de profissionalização e reconhecimento das atletas do futebol feminino e da turma do e-sport. Boa leitura!

JORNAL DA FACOM

Março 2018

Jornal Laboratório da Faculdade de
Comunicação da Universidade Federal da Bahia
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus de Ondina
CEP 40.170-115 Salvador – Bahia - Brasil

EXPEDIENTE

Produção da disciplina
Oficina de Jornalismo Impresso
Swgunda edição, semestre 2017-2

Reitor: João Carlos Salles

Diretora da Facom: Suzana Barbosa

Coordenação Editorial: Graciela Natansohn-DRT/BA 2702

Edição de Arte e Diagramação: Carla A. Risso, - MTb 19.260

Editores chefes: Alexandro Mota-DRT/BA 4634 e
Bruno Luiz

Editorxs : Ian Meneses - Cidades; Hilza Cordeiro - Cultura &
Comportamento; Marcela Vilar - Cultura & Comportamento;
Marina Bastos - Economia; Wendel Novais - Esportes; Larissa
Calixto - Fotografia

Repórterxs (turma 2017.2): Beatriz Rosentina, Daniel
Cheles, Danilo Rodrigues, Filipe Oliveira, Gabriel Rios,
Gabriel Moura, Gabrielle Medrado, Hilza Oliveira, Ian
Meneses, Ingrid Medina, Jorge Farias, Lara Ferreira, Larissa
Calixto, Lílian Galvão, Luciano Marins, Marcela Vilar, Maria
Paula Marques, Marina Bastos, Maycon Menezes, Nuno
Krause, Saulo Miguez, Tayane Rodrigues, Tiago Almeida,
Vinícius Pimentel, Wendel Novais, William Tales

Fotógrafos: Dudu Assunção/Labfoto, Maria Carolina/
Labfoto, Marco Antônio Correia/Labfoto, Gabrielle Medrado
e Luciano Marins.

Projeto Gráfico: Amanda Lauton Carilho/EDUFBA

Distribuição gratuita

Contato: jornaldafacomufba@gmail.com

Budismo em construção

Seguidores do budismo na Bahia ganham dois importantes espaços para a prática

Beatriz Rosentina e Gabrielle Medrado

Entre os engarrafamentos, a poluição e agitação de Salvador, as associações budistas oferecem verdadeiros refúgios para aqueles que buscam paz e serenidade. Em Salvador, os adeptos da religião ou praticantes dos seus ensinamentos se reúnem principalmente em quatro centros: Brasil Soka Gakkai (BSGI), no Rio Vermelho, Centro Budista Kadampa Tara, na Pituba, Budismo Primordial (HBS), na Lapinha e o Centro de Estudos Budistas Bodisatva (CEBB), nos Barris. Porém falta um local considerado ideal para grandes reuniões e um templo na cidade.

A inauguração do primeiro centro cultural budista do Nordeste está prevista para agosto, segundo Ricardo Machado, Coordenador do Departamento de Relações públicas do BSGI Salvador. Porém, o projeto ainda aguarda liberação para o início das obras. O novo espaço poderá reunir cerca de 500 pessoas, o que tornará possível a realização de reuniões locais de maiores proporções e até mesmo eventos regionais e nacionais.

“A construção é importante porque representa um grande passo para o budismo aqui, em Salvador. Com o centro será possível sediarmos grandes encontros, o que poderá despertar o interesse de outras pessoas”, afirma Paula Chaves, uma das 2.300 pessoas que regularmente frequentam a associação para a programação de atividades, cursos e cerimônias que acontecem semanalmente na sede. A SGI está presente em 192 países e é composta por aproximadamente 13 milhões de pessoas.

Outra instituição responsável por mais uma importante obra para os budistas na Bahia é o Centro



Espaços pequenos são a marca da prática do budismo na cidade atualmente

Foto: Gabrielle Medrado

de Estudos Budistas Bodisatva (CEBB), presente em outros 15 estados do Brasil e oficialmente registrado no ano de 2006 em Salvador. O CEBB possui duas sedes no estado, uma localizada no bairro dos Barris e outra situada em Santo Amaro, no recôncavo baiano, onde a construção do primeiro templo budista da Bahia já está em andamento.

A construção do templo já se encontra em sua segunda etapa, que consiste no levantamento final das paredes e nos acabamentos internos. Todo o projeto está sendo financiado por doações dos próprios frequentadores do CEBB. “A construção do templo surgiu da necessidade de um local para reunir mais pessoas, a realização dos retiros e a vinda de mestres e monges”, afirma Ana Riel, colaboradora responsável por trazer a organização para Salvador em 1997.

Porém, mesmo com duas grandes obras sendo realizadas, o budismo no Brasil cresce lentamente. Segundo o monge budista Kyoukou Hagui, responsável pelo Núcleo do Budismo Primordial em Salvador, o avanço do número de adeptos ainda ocorre de forma tímida. “O budismo possui um desenvolvimento devagar e muito silencioso, porém, a maioria dos que estão ingressando à religião são brasileiros” comenta o monge.

Segundo o último censo realizado em 2010, existem cerca de 250 mil budistas auto-declarados no país. Número que coloca o budismo como a terceira maior religião não cristã do Brasil. Ainda assim, os budistas representam apenas 0,13% da população. Apesar de pequeno, esse número aumentou aproximadamente 12% em relação ao censo de 2000.

Contudo, o budismo tem perdido espaço entre os descendentes dos imigrantes asiáticos. Os dados do IBGE revelam uma queda rápida entre as pessoas de cor amarela praticantes do budismo, de 10,7%

no censo de 2000 para, apenas, 3,7% em 2010. Por outro lado, existe um crescente movimento de adesão da população de não origem asiática. O número de budistas que não são de cor amarela cresceu 25% entre 2000 e 2010.

É o caso de Ivone Sombra que há 14 anos tornou-se budista, de família tradicionalmente católica entrou para a religião por conta própria. Ela faz parte das 167 mil pessoas de origem ocidental que se converteram ao budismo. “Estava sempre em busca de entender o meu lado espiritual, mas nunca tinha me identificado com nenhuma outra religião, quando comecei a ler sobre o budismo tudo fez sentido para mim.” afirma Ivone, uma das voluntárias do CEBB.

Já para o artista Carlos Eduardo, o budismo o acompanha desde a infância por influência de sua mãe. Hoje com 33 anos Carlos esteve em contato com a religião pela primeira vez aos nove. “Na época que comecei a prática, estava passando por momentos de desarmonia familiar, dificuldades financeiras e doenças que acabaram funcionando como combustíveis para uma dedicação espiritual mais intensa”, diz o artista que hoje acredita que o budismo proporcionou para ele uma liberdade que ele jamais encontraria em outra religião.

Um outro problema enfrentado pelo budismo é a falta de sucessão das lideranças religiosas. De acordo com o monge Hagui, em Salvador existem muitos simpatizantes porém poucos deles realmente se converteram à religião. No núcleo do Budismo Primordial em Salvador, por exemplo, situado no bairro da Liberdade existem apenas cinco fiéis. “Fora nós cinco, cerca de 150 pessoas frequentam o núcleo e são simpatizantes do budismo, porém o comprometimento desse público não pode ser levado em consideração para a comunidade budista”, analisa o monge.



Onde o buraco é mais embaixo

Particularidades para além do paraíso escondido da praia do Buracão

Luciano Marins

Passava das 14h de um domingo quando os termômetros marcavam 31° C. Do alto dos 56 degraus que dão acesso às areias da praia do Buracão, no Rio Vermelho, dá para ver parte da beleza peculiar que atrai jovens, artistas e baianos (ou uma mistura de todos eles). Os frequentadores buscam mais privacidade nesse paraíso escondido, com acesso pela Rua Barro Vermelho, entre o quartel do Exército de Amaralina e os hotéis Mercure e Ibis. Além da sua característica geográfica, o que também chama atenção é a limpeza da praia, organizada pelos próprios barraqueiros, e as artes espalhadas pelo muro que rodeia a paisagem. Já o que mais incomoda são as fortes ondas, que assustam qualquer banhista desavisado.

A depender do dia e da estação, o visitante pode encontrar um mar bastante revolto no Buracão. A onda é o principal motivo para quem diz não gos-

tar da praia. Sem a presença de salva-vidas e sinalização, os próprios vendedores e banhistas fazem o resgate em caso de afogamento. “Como a areia parece ser plana, fui andando. Mas as ondas são altas e fortes, uma delas acabou me jogando para o buraco”, lembra o empresário Matheus Coelho, 25, em sua experiência de quase afogamento. Talvez esteja aí a explicação para o nome popular da praia, oficialmente registrada como Anita Costa.

Para o oceanógrafo Rafael Santana, 30, a explicação está na alta declividade do Buracão em relação às outras praias como Jaguaribe e Terceira Ponte. “É uma praia dissipativa. Essa característica faz com que as ondas quebrem na beira descarregando toda a sua energia de uma só vez. Isso gera a impressão de praia com ondas fortes”, esclarece. Além disso, a praia está quase sempre própria para banho, diferentemente de outros pontos próximos do Rio Vermelho. Segundo Santana, isso acontece porque a direção preferencial das correntes na cos-

ta de Salvador é para oeste. “Isso faz com que as águas do esgoto não sejam levadas para a praia do Buracão”, completa.

O que mais dá para encontrar no buraco mais famoso do Rio Vermelho é a galera jovem, entre 20 e 30 anos. A maior parte desses frequentadores reside no próprio bairro ou em áreas próximas. Em clima amistoso, o público de classe socioeconômica mais alta divide o mesmo espaço com as pessoas de bairros mais carentes. O Buracão é mais conhecido entre o primeiro público, diferentemente do segundo, que em sua maioria mora em zonas periféricas da cidade. “É preciso divulgar mais porque ainda é uma praia escondida. Muitas vezes falo que trabalho no Buracão e ninguém sabe onde fica”, conta o vendedor de queijo João Santos, 24.

Santos é um dos vendedores da praia que faz a limpeza no fim do dia. Ele e mais outros queijeiros recolhem todos os palitos que ficam na areia. “O que diferencia aqui é a estrutura e a areia limpa.

É uma praia com disciplina”, afirma o comerciante Hugo Santana, 50, que há 16 anos trabalha no Buracão. Desde o centro da praia, Santana visualiza atentamente o atendimento aos frequentadores, além de ser o responsável pela idealização das pinturas com desenhos do mar e pontos turísticos no muro do Buracão, algumas assinadas pelo artista plástico André Fernandes.

Por um pedaço ao sol

Diante do cenário paradisíaco, o que mais incomoda os comerciantes é a falta de união entre eles na praia. A ambulante Amanda Carvalho, 38, dona da Barraca do Meu Rei há dois verões no Buracão, afirma que sofreu muita resistência para colocar a bandeira LGBT no local. Além da bandeira principal, existem mais 10 pequenas acima de cada sombreiro que ela aluga. “Para eu hastear essa bandeira aqui houve e ainda há muita agonia e preconceito, principalmente pelos meus colegas, não abrangendo todos”, lamenta.

A Barraca da Amanda, como alguns frequentadores costumam chamar, se destaca pelo colorido que pode representar a diversidade encontrada na praia. “A bandeira é uma questão de luta pelos nossos ideais e também pelo Buracão ter um público muito LGBT”, ressalta Carvalho, que é admirada pelos seus clientes, não apenas os LGBTs. “Vem gente de 9 meses a 90 anos”, completa. O local onde a comerciante fica é um dos comprometidos pela construção polêmica dos empreendimentos imobiliários construídos ao redor da praia.

A partir das 15h, já dá para perceber uma grande sombra na faixa de areia que praticamente obriga o banhista que quer se bronzear a se mudar para outro canto da praia, principalmente para a parte onde dá acesso ao Blue Praia Bar. Segundo os moradores, a sombra já existia, mas a construção dos prédios e hotéis atrapalhou ainda mais. Isso também prejudica o comércio, já que parte dos banhistas vai embora mais cedo. O caso de maior repercussão envolveu a venda da antiga residência do cantor Carlinhos Brown, em 2012, para a construção do residencial de luxo Magistrale, no alto da ladeira da Rua do Mirante.

Apesar dos problemas, que são também de outras praias de Salvador, como a falta de salva-vidas e de banheiros químicos, o Buracão encanta pelo conjunto e pela sensação de segurança. Ao menos é a impressão dos banhistas, que atualmente não presenciaram casos de assalto ou violência. Quem não vai embora no fim de tarde, dá até para participar do tradicional luau que às vezes acontece por ali. “Essa é a praia do momento. Cada vez se torna mais popular”, comenta o guardador de carros Bira, 42. Ao subir a escada para ir embora, o banhista ainda é presenteado com a imagem de Iemanjá pintada em cada degrau. É como se a rainha das águas e dos mares abençoasse do alto essa aventura que é ir ao Buracão.



Praia com estrutura e areia limpa

Descaso mata rios e lagoas

Um raio-x de como a má gestão gerou a degradação de mananciais em Salvador

Ian Meneses

A população de Salvador que passava pela região do Dique do Tororó encarou por dias o mau cheiro que se espalhava próximo a Praça João Mangabeira nos Barris. O fedor provocado pela decomposição de matéria orgânica na água prolongou-se por dias. A falta de solução e a inércia do poder público incomodaram. Você lembra desse episódio? Ele ocorreu em 2017, mas não é um evento isolado.

Não é somente o Dique do Tororó que passa por problemas em suas águas. Praticamente todos os corpos hídricos da cidade se encontram degradados, poluídos e incapazes de fornecer seus recursos para a população. Lagoas e áreas costeiras tornaram-se impróprias para o banho, os rios foram cobertos para a construção de pistas, praças e corredores, e as matas ciliares, importantes para a manutenção da qualidade da água e proteção contra a erosão, foram destruídas pela ocupação indevida do solo.

A Represa de Pituáçu, que já serviu de reservatório para abastecer a cidade com água de qualidade, atualmente se encontra em estado de degradação. Para o professor do Instituto de Biologia da UFBA Eduardo Mendes, isso aconteceu por conta de posicionamentos políticos equivocados que culminaram na desativação de Pituáçu. “A partir do momento que deixamos de utilizá-la como local de abastecimento a água deteriorou-se e isso acontece também com a Barragem do Cobre que a Embasa também desativou”, conta.

Segundo Mendes, Pituáçu, na década de 90, era usada como referência para o cultivo de organismos aquáticos. Hoje, não existem mais condições para esse cultivo assim como no Dique, Cobre e até na lagoa do 19º Batalhão de Caçadores do Exército (19º BC), no bairro do Cabula. Para ele, o estado não dá prioridade às questões ambientais e a população contribui nesse sentido relegando a obrigação do governo a patamares inferiores.

Outro local que sofre de degradação em Salvador é Lagoa do Abaeté, um bom exemplo do impac-

to da ocupação urbana inadequada no seu entorno. O grande problema encontrado lá é o nível da água cada vez menor. Isso acontece porque a lagoa é alimentada por água de chuva e sua alimentação é feita através das dunas, que ficam em seu entorno, retém a água quando chove e distribui de forma lenta.

Segundo Eduardo Topázio, diretor de Águas do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), quando se faz a impermeabilização do solo (concretando áreas próximas da lagoa), a água não consegue infiltrar e acaba escorrendo para outras áreas. Consequentemente, o nível da água fica mínimo e a evaporação acontece de forma mais acelerada. “O esvaziamento dela se dá muito rápido, porque ela não tem mais capacidade de retenção que é dado pelo ecossistema que só está presente em volta de forma parcial hoje em dia”, complementa.

Rios em coma

Além das lagoas e represas, encontram-se em péssimo estado os rios que cortam a capital baiana, que carregam o fardo de arrastarem em seus leitões esgoto despejado de forma irregular. Para piorar, alguns deles estão completamente ou parcialmente cobertos em ações realizadas por iniciativa dos governos na tentativa de aproveitar o espaço ocupado por esses rios no meio do espaço urbano.

O mapeamento elaborado em 2010 intitulado de O Caminho das Águas, uma parceria da UFBA com o governo do estado da Bahia, estudou a qualidade das águas nas várias bacias hidrográficas de Salvador. Os resultados encontrados só confirmam uma realidade perceptível na visão e no olfato de quem convive próximo: forte odor de esgoto e a presença de lixo, que inclusive compõe o fundo de rios como o Lucaia, Seixos, Camarajipe, Rio das Pedras, Jaguaribe e Paraguari.

Para uma das organizadoras do projeto, a professora da Escola de Administração da UFBA e pesquisadora de política ambiental e das águas Bete Mendes, o livro que apresenta o estudo é uma referência para pesquisadores e para a gestão pública. Ela destaca que com ele é possível ter acesso aos re-



sultados de “uma avaliação de qualidade das águas dos nossos rios e das fontes”. Há evidência no estudo de que a principal causa dos problemas dos mananciais de Salvador é o lançamento de esgoto in natura. A rede de cobertura de esgotamento ainda é insuficiente e os rejeitos são jogados nos rios.

O que a cidade assistiu nos últimos anos foram ações de tamponamento de alguns rios, como o Rio dos Seixos, na Avenida Centenário, o restante do Rio Lucaia e o Rio das Pedras. Todas ações ocorridas na gestão do prefeito João Henrique Carneiro. Para Bete, isso é “jogar o lixo embaixo do tapete”. Ela diz mais: “precisamos de uma política ambiental e das águas para Salvador e isso requer uma ação compartilhada entre as várias instâncias do governo”.

Para Mendes, cobrir os rios é um descaso do poder público e uma inépcia do Ministério Público que favorecem os interesses privados das construtoras. “É uma alteração que estamos fazendo, é um rio



Visão do Parque de Pituaçu; antiga área de referência no cultivo de organismos aquáticos

Foto: Ademilson Nunes/Divulgação/GOVBA

que tem propriedades biológicas, dimensões sociais que temos que respeitar, em vez de nós buscarmos nesses rios restaurar suas margens, plantar árvores, estamos colocando mais concreto”, crítica.

Topázio também não concorda com o tamponamento desses rios e considera uma má solução. O saneamento é um serviço caro, mas ele considera que tomar essa ação vai trazer impactos positivos para a saúde das pessoas e redução das despesas públicas com a saúde. “Jogar concreto não é bom em hipótese nenhuma, é um paliativo. Piora as condições de drenagem pluvial, piora a qualidade dessas águas com a qual você não acompanha”, alerta. De tempos em tempos é necessário abrir esses rios para limpá-los, já a falta de limpeza acarreta no direcionamento dessa água poluída para as áreas costeiras, impactando a qualidade da água das praias.

A existência das ligações clandestinas que jogam nos rios os esgotos, segundo Mendes, deve

ter um responsável. “Deveriam ter sido cuidadas pela Embasa, como fizeram com o Programa Bahia Azul”. Este programa tinha como objetivo também a extinção dessas ligações e o ligamento delas à rede de esgoto e saneamento. A Embasa esclarece, em nota, que durante o Programa Bahia Azul, no ano de 1975, foi implantado o Sistema de Disposição Oceânica do Rio Vermelho, que passou a realizar o condicionamento prévio dos esgotos coletados em Salvador.

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento complementa que, desde 2007, com a implementação do Programa Água Para Todos, já beneficia 2,3 milhões de pessoas com esgotamento sanitário, passando o número de ligações de esgoto entre 2007 e 2017 de 494.973 para 1.256.977 (mais de 762 mil novas ligações). Assim, graças ao PAT, eles destacam que a cidade conta com 85% de cobertura com os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação adequada dos esgotos

domésticos, sendo uma das capitais mais bem saneadas do país.

“As ações de preservação dos rios são de responsabilidade dos órgãos ambientais competentes. O descarte irregular de esgoto nos rios é um problema causado pela falta de planejamento urbano adequado e de fiscalização do uso e da ocupação do solo, ações de competência da prefeitura municipal”, esclarece a Embasa, em nota.

Diante de um problema que parece não ter uma solução próxima, Eduardo Mendes se sente pessimista e não acredita numa melhoria desses corpos d’água, bem como a preservação das áreas de entorno. Segundo ele, o estado é incompetente e não consegue enxergar que o que vale mais é conservar do que destruir. “Hoje, se a gente quisesse tomar banho de água doce em Salvador, o melhor lugar realmente é o chuveiro de sua casa”, alerta Mendes. Isso não é uma piada.

Dados oficiais: ônibus**FROTA TOTAL: 2588****FROTA DE
ADAPTADOS: 2149**

Fonte: Semob



O peso de andar de ônibus

Filipe Oliveira

Do acesso a saída do veículo, passando pelo uso das poltronas, as limitações enfrentadas por obesos no transporte público de Salvador contradizem dados oficiais que propagandeam o número de ônibus adaptados. Com obesidade mórbida desde os 15 anos, a babá Cristiane Ferreira, 39, assim como cerca de 20% da população soteropolitana, enfrenta dificuldades por causa do peso excessivo. Para esse grupo, os problemas do transporte público de Salvador são ampliados.

Pesando 130 quilos, Cristiane tem muitas dificuldades para utilizar os coletivos. Os degraus dos ônibus são bastante altos e na maioria dos casos e, às vezes, ela precisa de ajuda para acessar os veículos. Dentro dele, a sua maior dificuldade: passar pela catraca. “A catraca nos causa hematomas e marcas feias, é uma falta de respeito ao nosso corpo. A catraca tem que nos caber, não nós cabermos na catraca”, defende. Ela conta que, ao decidir passar pela catraca, já sofreu o constrangimento de ficar presa nela.

Coordenadora do movimento Vai Ter Gorda, Adriana Santos, 33, enfrenta as mesmas dificuldades. Ela, que pesa 110 quilos, acrescenta que o problema não é apenas a vergonha como a citada por Cristiane. “Em um país em que cada vez mais o corpo magro é venerado pela mídia, fica muito difícil construir diálogos sobre a necessidade de adapta-

ção dos transportes públicos, pois o espaço para os empresários é (sinônimo de) dinheiro”, critica.

O que poderia ser uma solução, tem se mostrado outro problema: a porta central dos veículos, que é mais larga. Por ter dificuldades para entrar e passar pela catraca dos ônibus, Cristiane prefere, quando possível, utilizar este acesso, mas nem sempre consegue. “Eu peço para que eles (os motoristas) abram, mas na maioria das vezes negam. Muitos alegam que aquela porta só pode ser aberta nos terminais, sendo que canso de ver abrirem em qualquer ponto”, reclama.

Adriana chama atenção para a falta de treinamento dos profissionais. “Muitos motoristas se negam a abrir a porta do fundo e do meio por desconhecerem a lei nº 13.146, de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida). Acredito que há uma falta de conscientização dos motoristas e cobradores sobre esses direitos, além de descaso dos órgãos públicos em fornecer cartilhas educativas sobre o assunto”, completa.

De acordo com o anuário mais recente da Secretaria de Mobilidade de Salvador (Semob), a capital baiana tem mais de 91% da frota de ônibus adaptada para pessoas com todo tipo de deficiência. Esses veículos, de acordo com o documento, atendem aos requisitos básicos citados pela norma NBR 15570:2009 da ABNT, que determina a obrigatoriedade de todos os veículos serem equipados com elevador para deficientes físicos, poltronas

Usar transporte público ainda é constrangedor para quem tem obesidade

reservadas na cor amarela - sendo uma larga para pessoas com obesidade - e pegadores tácteis que ajudam na aderência das mãos. No entanto, os usuários obesos não se sentem atendidos pelas adaptações mencionadas.

Na prática, Salvador não tem coletivos que garantam a acessibilidade total de pessoas obesas, como por exemplo, ônibus com piso baixo. Para o tecnólogo em transportes terrestres, Cecílio Albuquerque, a cidade não conta com este tipo de ônibus porque a prefeitura não exige esse equipamento e os empresários não querem investir. “As empresas costumam alegar que esse tipo de ônibus não tem condições de trafegabilidade em nossa cidade, o que não é de toda verdade”.

Segundo ele, os empresários não querem arcar com a compra de novos equipamentos mais caros, que atendam realmente a necessidade dessas pessoas. “O ônibus nessa configuração é mais caro e exige que investimentos no aperfeiçoamento da mão de obra (operação e manutenção) sejam feitos”, completa. Esse tipo de equipamento, entre outras facilidades de acesso, são dotados de rampas, portas largas e suspensão com regulagem automática de altura.

Sobre a liberação do embarque de pessoas obesas pela porta do meio - um dos maiores problemas apontados pela nossa personagem - não recebemos da Secretaria de Mobilidade, um retorno para a nossa solicitação até o fechamento desta reportagem.

Axé a granel

Os erveiros da Feira de São Joaquim são a alma do local

Maria Paula Marques

“Por cima da feira, as nuvens. Atrás da feira, a cidade. Na frente da feira, o mar...”. Gilberto Gil, ao endereçava a Feira de São Joaquim em melodia, não esqueceu de indicar que por dentro da feira se encontra o povo. Povo que também faz da fé o ganha pão. É o caso dos erveiros. Verdadeiras enciclopédias humanas, os vendedores de ervas conhecem do talo à folha os efeitos de cada remédio natural. As plantas, garantem eles, podem eliminar de calvície ao outros males, sejam cânceres ou amor não correspondido.

Em São Joaquim se observa uma particular fusão de culturas: ervas originalmente indígenas partilham seus poderes à ancestralidade africana do Candomblé. Erveira há 38 anos, Rosa Nérís Moreira confirma a máxima. Bisneta e tataraneta de índios e dona de uma banca na feira, a sexagenária afirma que acredita no que vende, porque “é a cura”. “A cura de tudo está aí. Eu não queria dinheiro, queria levar as ervas para o ‘povão’ e mostrar a importância que as ervas têm. Se eu cumprisse essa missão hoje, amanhã poderia descansar. Eu iria em paz”, suspira ela.

Pouco a pouco, de geração em geração, a sabedoria sobre as plantas que curam sobrevive e resiste ao agora. Adriana dos Santos, 41 anos, proprietária de um box, afirma estar presente na feira desde quando estava no ventre da mãe, que faleceu há 10 anos e deixou como herança mais do que o comando do negócio, mas principalmente a sabedoria sobre as plantas.

Adriana acredita que os tempos são bons para as vendas, já que sente que as pessoas tem



Erveiros da Feira de São Joaquim fazem parte da tradição do local

Foto: Mateus Pereira/Divulgação GOVBA

se assumido mais candomblecistas. “Muitos que frequentavam o Candomblé viraram cristãos. Mesmo assim, o número de adeptos vem aumentando, por se tratar de uma religião que passa de pai para filho. Existe uma continuidade. Antes era mais oculto, existiam menos terreiros e, os que existiam, eram escondidos”, explica. No entanto, segundo o recenseamento mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 0,3% da população brasileira adulta declara-se pertencente a uma das religiões afro-brasileiras, o que corresponde a pouco mais de 470 mil seguidores. O percentual se manteve intacto, se comparado ao censo anterior.

A folha mais vendida da barraca de Adriana é a arruda, que, por sinal, no momento da entrevista, era picada pela moça para ser desidratada e posta no “defumador de descarrego”, uma espécie de incenso. A erveira conta que a arruda afasta energias negativas. “Pode fumar tanto a casa quanto o ambiente de trabalho. Qualquer lugar que esteja ‘pesado’”, ensina. A média de preços das folhas vendidas por ela, assim como na maioria dos boxes visitados, é de apenas dois reais.

Além da queima da arruda, ela indica os banhos de abre caminho, vence tudo, vence demanda, vence batalha e tira teima. Em especial, “para aumentar o axé”, garante, banho de amaci, manjeriçã, macassá e água de elefante. Apesar de alguns clientes irem já com a nota do pai ou mãe de santo com os ingredientes para um banho personalizado, Adriana tira de letra quais banhos indicar, de acordo com cada tipo de problema. Palha de alho, estrume de boi, casca de chipre, breu, enxofre, capim caboclo são

alguns dos itens indispensáveis para quem desejar entrar no novo ano com mais prosperidade.

Ekedi da linhagem do Ketu, Gilmária Maria mora no bairro de São Caetano, mas é à Calçada que ela vai para comprar seus “ingredientes de axé”. “É o cotidiano. É um lugar que eu encontro o que eu não encontraria lá onde moro”, afirma ela, que, na ocasião, estava procurando por velas e grãos, logo achadas na barraca de Enéas Coi, proprietário de um box há oito anos. Coi, seu apelido de infância que tomou proporções de sobrenome, alega ter aprendido o ofício com a mãe, que fornecia as ervas colhidas nos matos por ela mesma aos demais feirantes.

A história há de se repetir com Luana Almeida, de 21 anos, que “passa o olho” há apenas um ano da barraca do tio, o responsável por lhe passar todos os conhecimentos herbários. A iaô – termo em iorubá que corresponde a quem se iniciou recentemente no Candomblé – divide aos risos a trapalhada que causou ao vender para um freguês uma erva que o fez voltar “se coçando todo”. Ficou como aprendizado. A mais inusitada receita que aprendeu foi a junção de pênis de cera e testículo de boi para quem não aguenta mais ir à farmácia comprar as azulzinhas.

A ekedi e iyalaxé Lúcia Maria faz questão de ir a São Joaquim não só pela diversidade, mas pelos preços ofertados. Ela, que reside no bairro de Itapuã, neste dia, atravessou cerca de 20 km para repor seu estoque de pó de pemba e agdás de barro. “Aqui você encontra de tudo para comprar, só não encontra gente. Mas se procurar direitinho, deve achar”, brinca.

“A reforma agrária é um projeto falido”

Presidente de associação de advogados populares, Tatiana Gomes comenta “quadro caótico e sombrio” do meio rural brasileiro

William Tales

A falsificação de documentos no meio rural a fim de tomar posse de terras é uma prática tão velha quanto um papel sujo com excrementos de grilo. A manobra com o inseto, apelidada de grilagem, visa envelhecer a aparência de registros falsos para atesta-los legitimidade em cartório, validando a posse ilegal. Em 2017, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, que acompanha posseiros, camponeses e movimentos de luta pela terra na Bahia desde 1982, lançou uma revista sobre o tema. “A grilagem é o principal problema no meio rural”, denuncia Tatiana Gomes, presidente da associação e professora de Direito Agrário na UFBA.

Defender trabalhadores rurais é uma tarefa perigosa, justificando inclusive a recusa de Tatiana por veicular fotos dela junto a essa entrevista.

A grilagem ainda é problema frequente no meio rural?

A grilagem é o principal problema, porém é pouco debatido. Os resorts no litoral baiano, por exemplo, todos se instalam a partir de práticas de grilagem sobre terras públicas ou de comunidades tradicionais. Investigando a fundo esses imóveis de grandes empreendimentos turísticos, de mineração, energia eólica ou agropecuários, vai encontrar grilagem. Tem um estudo da Faculdade de Arquitetura (da UFBA) que diz que 90% dos imóveis de Salvador são grilados.

Mesmo ocorrendo há séculos, a grilagem ainda mantém sua efetividade. Houve uma modernização ou mudança na atuação dos grileiros?

Sim. O termo grilagem vem da prática mais arcaica, que é utilizar os excrementos do grilo para tornar o papel com cara de envelhecido. Ninguém mais usa grilo, hoje em dia é muito mais sofisticado e depende, sobretudo, do apoio do Estado, seja na realização do ato ou na falta de fiscalização, combate e questionamento. A grilagem se tornou um processo bastante complexo. Tem que ter contato com oficial de um cartório de imóveis, mas também precisa garantir outros apoios, como, por exemplo: poder judiciário, legislativo ou o próprio executivo. Estamos falando de uma parcela considerável do



território brasileiro que está ilegalmente registrada. Foram produzidos mapas que medem a área dos municípios e comparam ao que se tem no cartório de registro imobiliário. Às vezes dá o dobro, o triplo da área do município.

A grilagem é um problema que é base dos conflitos rurais. A concentração de terra estaria em qual patamar como causador de problemas no campo?

Grilagem e concentração rural andam juntos. Quem acumulou muita terra no Brasil a adquiriu ilegalmente. Isso é regra. Com isso eles vão dilapidando esse grande patrimônio que, na verdade, é um patrimônio público ilegalmente destacado. Tem um outro problema associado: quem acumula

terra no Brasil não acumula para produzir, acumula para acessar crédito público. A terra é a principal garantia para ter acesso a crédito. Se num banco tem uma linha de crédito disponível, você só pode acessá-la se tiver um bem para dar em garantia. Eles vão no banco com o registro imobiliário grilado, pedem milhões e dão o imóvel como garantia.

Sabendo desse combate de concentração versus resistência, a reforma agrária ainda é um sonho possível no Brasil?

Acho que sim. Eu entendo como reforma agrária a obtenção de terra com justa distribuição associada a políticas públicas e políticas sociais, não só uma mera distribuição. Mas temos uma série de características que inviabilizam a reforma agrária. Por exemplo, o modelo que se adotou no Brasil foi fazer desapropriação imóvel por imóvel, em algumas zonas residuais, pagando indenização aos, entre aspas, proprietários. Boa parte do que se pagou até hoje foi para terra grilada. Aquilo é patrimônio público, eles não deveriam receber indenização. Essa reforma agrária que está na lei hoje é um projeto falido. Só vai atacar situações que estão numa zona de conflito e depende de um orçamento que, para os próximos 20 anos, a gente sabe que não vai ter.

Então as ocupações e as retomadas de terra são um bom caminho para a reforma agrária?

Se não tiver ocupação e retomada, não tem reforma agrária. É uma estratégia política para pressionar o Estado, porque ele só faz a reforma agrária nas zonas de conflitos, e o conflito se provoca com ocupação. Nosso campo diferencia ocupação de retomada. Ocupação seria ocupar um latifúndio improdutivo, e a definição desta gera uma discussão bastante complexa. Se entende como latifúndio produtivo aquele que tem lucratividade. Mas no nosso entendimento é aquela terra que respeita o meio ambiente, a legislação trabalhista e a coletividade, além de ter rentabilidade. Só lucrar não adianta, mas esse é o critério que o Estado usa. Por exemplo, uma fazenda onde se planta eucalipto com tordo, que é um agrotóxico, e submete trabalhadores a condições degradantes, pode ter 100 mil hectares plantados de eucalipto, mas para mim é uma propriedade improdutivo.

2016 foi o ano mais violento no campo desde 2003 e 2017 parece seguir no mesmo ritmo. Por que a zona rural tem vivido esse crescente de violência?

Talvez - mas aí é um talvez bem grande que eu quero dizer - esse pico de violência pode ter a ver com um certo clima generalizado de que a reforma agrária não vai ser mais possível. A confiança dessas pessoas que estão se organizando está esgotando. Então "está tudo liberado". De 1985 até hoje foram cerca de 1800 assassinatos de trabalhadores, trabalhadoras, padres, freiras, advogados, advogadas, agentes pastorais - todo mundo

que está envolvido com a luta e a organização dos camponeses e camponesas acaba sendo alvo de alguma forma - desses, 109 viraram ações judiciais. Pouco mais de 5%. Das 109, só 32 condenações, e a maioria é condenação do pistoleiro. Você não tem condenação de quem mandou matar.

14 mil famílias na Bahia estão em conflitos de terra. Isso coloca o estado em terceiro no ranking nacional. Você acha que estão sendo tomadas medidas cabíveis, e quais seriam essas medidas, para diminuir esse número?

As medidas foram todas muito tímidas. Se não tem reforma agrária, não tem reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades, então vamos continuar com esse número ou até com o crescimento dele, já que existe muita subnotificação. Nós temos proposta a curto, médio e longo prazo. Que é reconhecer os direitos das comunidades, garantir políticas sociais e fazer a reforma agrária. Só que para o estado atender nossa agenda ele precisa não atender a agenda dos grupos patronais. Não conseguimos isso aí e estamos tentando construir alternativas. Algumas já foram tentadas e se desgastaram...

Qual, por exemplo?

A ocupação. Se não tem orçamento para fazer a reforma agrária, as famílias estão desistindo de fazer a ocupação. Hoje em dia tem muito menos gente ocupando, porque ficariam décadas num acampamento muitas vezes de beira de estrada, embaixo de lona, em um barraco, sofrendo todas as intempéries sem perspectiva de aquilo virar um assentamento. Não tem orçamento nem vontade pública, mas tem pistoleiro. O quadro é bastante caótico e sombrio.

Como você interpreta as movimentações da bancada ruralista no Congresso?

A maior e mais articulada bancada do congresso é a bancada ruralista. Na época da PEC do trabalho escravo, o relator deixou explícito nas exposições de motivos de seu relatório que aquela PEC estava sendo aprovada com uma ressalva: a rediscussão do que é redução a condição análoga de escravo no Brasil. O que era trabalho escravo no Brasil? A reunião de quatro elementos, que podiam estar simultâneos ou não, são eles: trabalho degradante, jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho forçado. No Brasil, tradicionalmente, localizaram basicamente duas situações: jornada exaustiva e trabalho degradante. O governo Temer, nesta portaria, disse que só vai ter trabalho degradante e jornada exaustiva se tiver servidão por dívida, aí inviabiliza. É possível maquiagem trabalho forçado e servidão por dívida. Trabalho degradante e jornada exaustiva, não. Quando você trata os critérios por simultaneidade, onde para encontrar um tem que encontrar o outro, você torna praticamente impossível encontrar trabalho escravo. É um retrocesso.



UFBA contra o assédio

Coletivos estudantis tentam mudar cenário de assédio na universidade

Marcela Vilar

Já não é de hoje que a violência e o assédio sexual contra mulheres fazem parte da realidade das estudantes da Universidade Federal da Bahia: 80% das denúncias registradas na Ouvidoria foram de violência contra a mulher, segundo levantamento do próprio órgão entre 2014 e 2016. Os casos vão desde agressões verbais e psicológicas a assédios físicos e sexuais. Entretanto, iniciativas do corpo estudantil e estratégias implementadas pela própria Ouvidoria tentam mudar esse cenário, a exemplo da criação do Aceita! - projeto voltado para a aceitação de gênero e sexualidade e o Coletivo Madás, composto por alunas da Faculdade de Direito.

“Os jovens não estão mais aceitando a má conduta do professor, sua figura passou a ser questio-

nada”, analisa Denise Vieira, ouvidora da UFBA. Segundo ela, o assédio nunca foi tão denunciado como agora: de 2014, quando o órgão foi criado, para 2016 houve um aumento de 500% das denúncias. Além disso, o próprio corpo discente tem convidado a Ouvidoria para participar de rodas de conversa sobre o tema. Nos últimos dois meses, a instituição participou de mais de 9 eventos em diversos institutos da Universidade.

‘Chega de assédio na FdUFBA’

Um dos casos de maior repercussão foi e ainda é na Faculdade de Direito. O Coletivo Madás, grupo de alunas criado há três anos, lançou a campanha “Chega de assédio na FdUFBA” em agosto do ano passado para discutir o tema no espaço acadêmico. O Coletivo realizou uma enquete pela internet para coletar depoimentos de alunas, servidoras e pro-

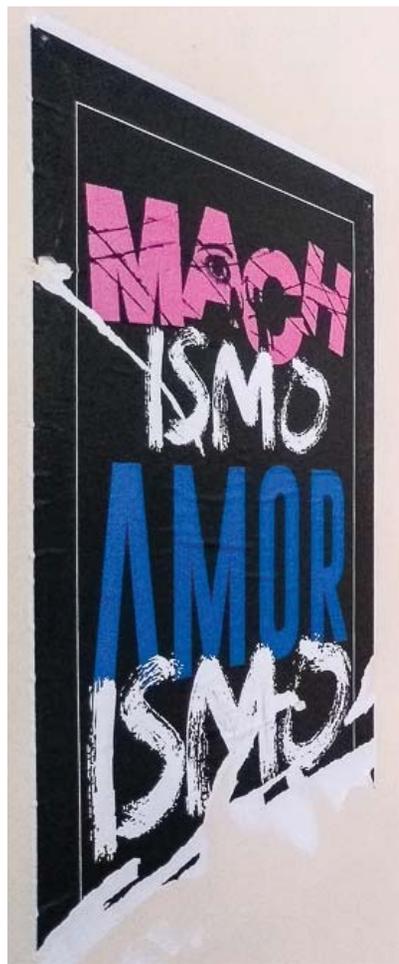
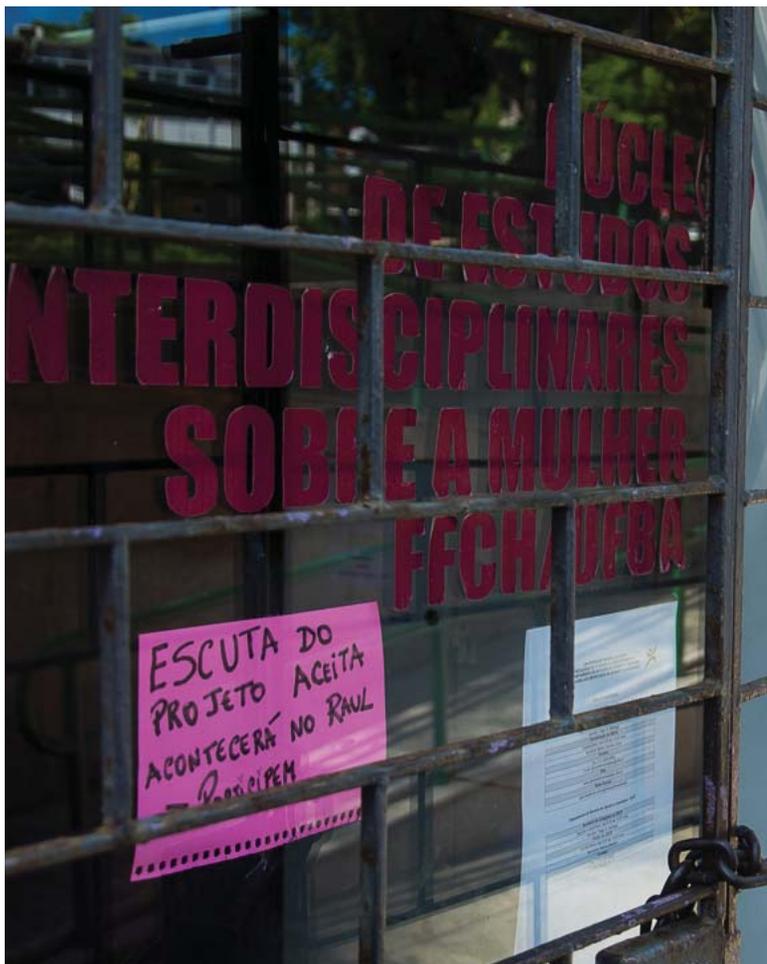
fessoras da faculdade. Foram 179 relatos anônimos que revelaram que 60% das mulheres não se sentiam seguras na faculdade e metade já tinha sido vítima ou presenciado uma situação de assédio na instituição.

Marcelle Pernet, co-fundadora do Coletivo Madás, afirma que a cultura do assédio é tão presente no cotidiano da faculdade, que o assunto já se tornou banalizado. “Temos dificuldade de convencer os próprios alunos dos comportamentos indevidos dos professores. Muitos ainda acham que é brincadeira. Mas é preciso lembrar que o assédio verbal também é assédio”, argumenta. Por isso, ela reforça a importância da existência do Coletivo neste espaço: “É preciso mostrar que a mulher não está sozinha, que existem pessoas que levam a sério o que passou”, completa a estudante.

Investigação dos casos

Após a campanha, a chefe de departamento, Cristiana Menezes, abriu uma Comissão Investigativa Preliminar que coletou denúncias formais para apurar os casos de assédio na faculdade. Marcelle, que participou ativamente do processo, relata o quanto foi difícil conseguir essas denúncias, uma vez que precisavam ser assinadas. “As pessoas têm muito medo de denunciar, pois têm medo de perseguição e acham que irá comprometer sua carreira”, explica.

Composta por três professores da casa, a comissão avalia a possibilidade de se abrir ou não um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) a partir da elaboração de um relatório. Entretanto, o resul-



De acordo com a lei no 10.224/2001 do Código Penal Brasileiro, assédio sexual se configura como um ato de constranger alguém no intuito de obter vantagem sexual, estando em condição superior na hierarquia de emprego, cargo ou função. O crime pode levar a uma pena de um a dois anos de prisão.

tado deste não foi divulgado. Apesar dos esforços para conseguir maiores esclarecimentos com o diretor Júlio César Rocha, o mesmo não respondeu os e-mails enviados nem atendeu às ligações.

Luiz Exedito Machado, membro da atual gestão do CARB (Centro Acadêmico Ruy Barbosa), defende que o documento deve ser mantido em sigilo até o fim da investigação. “O sigilo é importante para proteger a vítima e saber se é necessário atuação pública. Porém, existem fortes indícios do cometimento de assédio”, esclarece Exedito. Segundo ele, o relatório será publicizado assim que o processo investigativo for concluído.

De acordo com o levantamento feito pela Unidade Seccional de Correição da UFBA, órgão que lida com os trâmites processuais da Universidade, todos os anos, desde 2015, foram abertos Processos Administrativos Disciplinares contra professores da universidade. Porém, Carlos Souza, representante da Unidade, ressalta que os processos não levam em conta o conceito de assédio do Direito Penal, e sim condutas sexistas e machistas dos servidores.

A atuação da Ouvidoria

Apesar da grande maioria dos depoimentos comprovar condutas inapropriadas por parte do servidor, Denise afirma que existem também aqueles que não confirmam o cometimento de assédio. “Muitas queixas que não são necessariamente assédio, e sim colocações pouco apropriadas do professor. O discurso de alguns es-

tudantes não têm consistência, eles ampliam e inventam situações”, explica a ouvidora.

Para distinguir os relatos caluniosos dos que são consistentes, a Ouvidoria avalia criteriosamente a denúncia com o auxílio de terceiros. A depender do caso, são ouvidos representantes do Colegiado, Departamento e Congregação da faculdade de onde adveio o relato, do Reitor e do próprio professor que foi acusado.

Após recorrentes denúncias de que alguns professores da Escola Politécnica eram desrespeitosos com as estudantes, a Ouvidoria criou o Grupo de Reflexão de Práticas Docentes, para analisar a atuação dos professores e identificar alternativas para melhorar a qualidade de ensino. O projeto deve ser aplicado este ano. Há dois meses, foi aberto um novo PAD contra um professor do instituto.

“ É preciso mostrar que a mulher não está sozinha ”

Marcelle Pernet

Projeto Aceita!

O projeto Aceita! foi criado em 2017 com intuito de combater a intolerância de gênero e favorecer o respeito à diversidade sexual na Universidade. Desde outubro, quando foi lançado, os membros estão fazendo escutas pelos institutos para coletar relatos de pessoas que já sofreram assédio ou discriminação de gênero no espaço acadêmico. O projeto é coordenado pelas professoras Graciela Natansohn e Maira Kubik e pelo professor Leandro Colling, que desenvolvem pesquisas de gênero, sexualidade e cultura na UFBA.

Realidade

Thaís Oliveira, estudante da Faculdade de Direito, abandonou uma matéria obrigatória do curso por conta das atitudes e comentários proferidos por um professor. “Não aguentava mais as piadas de duplo sentido, sempre de forma pejorativa e de conotação sexual com as mulheres”, desabafa. Thaís cursou a matéria posteriormente com outro docente, o que fez com que atrasasse seu período de formação.

Outra estudante, que fez parte do Coletivo Madás e prefere manter em sigilo sua identidade, já sofreu dois assédios na UFBA: no Instituto de Dança e no IHAC. O primeiro caso ocorreu em 2014, durante uma aula da matéria Contato e Improvisação, em que o professor beijou-a a força. “Estávamos todos dançando na aula, ele me chamou para fora da sala para beber água e disse que gostava muito de mim - sendo que tinha acabado de me conhecer - e me beijou. Eu o empurrei para trás e ele me beijou de novo. Eu fiquei muito sem graça”, conta. Depois do episódio, a aluna não compareceu mais a nenhuma aula do curso.

O segundo caso foi mais incisivo. A estudante relata que um professor do IHAC, que já tinha histórico de assédio, sempre que podia, tentava criar intimidade com as alunas. “Ele sempre tinha uma desculpa para se aproximar, ficava pegando no meu ombro e tentava forjar uma intimidade que não existia”, conta. A aluna afirma ainda que o professor tirou inclusive fotos suas e mandou-as para o seu e-mail, mas que preferiu não denunciar à Ouvidoria. “Esse cara me dá náuseas. Não queria ter que lidar com ele de novo”, esclarece.

Filhos de Glauber Rocha

Formação em cinema está presente em seis universidades baianas, ganhando força com festivais e possibilidade de curso na Ufba

Hilza Cordeiro

Pe-la primeira vez em sua história, a Universidade Federal da Bahia (Ufba) lançou uma competição nacional de cinema estudantil com o I Festival Tela Universitária de Cinema, que aconteceu em janeiro de 2018. A iniciativa se junta agora ao movimento de professores que vêm se dedicando em tornar realidade a implantação de um curso de Cinema e Audiovisual na instituição, proposta pública apresentada em novembro do ano passado. Diante dessa crescente onda de ânimo e discussão em volta do cinema baiano, docentes, discentes e críticos da sétima arte comentam o potencial dos filmes acadêmicos e também suas limitações.

Atualmente, a Bahia conta com cursos de Cinema em seis universidades (nas particulares Estácio, FTC e Unijorge, e nas públicas Ufba, Ufrb e Uesb), sendo que na Ufba a formação é limitada a uma área de concentração do Bacharelado Interdisciplinar em Artes. Em geral, quase todos os cursos têm menos de dez anos de existência, exceto o da FTC, que iniciou as atividades em 2000, pioneiro no Nordeste. Além da popularização das novas tecnologias durante esses últimos anos, possivelmente as instituições de ensino superior enxergaram uma nova demanda de formação após 1993 com a criação da Lei do Audiovisual, que permite que empresas abatam do Imposto de Renda devido recursos investidos em filmes nacionais.

Segundo Marcelo Ribeiro, professor da Ufba, o diferencial da formação em Cinema é que esta possibilita que os estudantes tenham um aprendizado

anterior à entrada nos grandes mecanismos de fomento do Estado e da indústria. “As leis de fomento [Lei do Audiovisual, Rouanet e editais estaduais e municipais] são hoje o principal financiamento do cinema. Antes de encarar o desafio de implementar projetos no mercado, que têm sua lógica própria, os cursos servem como uma arena de experimentação, exploração e desenvolvimento das aptidões necessárias”, justifica. Além disso, Júlia Centurião, coordenadora de Cinema e Vídeo na FTC, destaca que cineastas capacitados desenvolvem habilidades para compreender, refletir e transformar a realidade.

Potencial

Para João Paulo Barreto, crítico do jornal A Tarde e membro da Associação Brasileira de Críticos de Cinema (Abraccine), é inegável o

potencial das produções oriundas das universidades. Por mais que sejam feitos de forma experimental nas disciplinas, Barreto acredita que o termo experimental pode até se adequar bem, mas não chega a enquadrar o que os estudantes fazem. “Há bastante conhecimento de causa nesse cinema. Há experimentos, sim, mas é perceptível uma segurança e norteamento em tais produções”, observa.

Um jovem diretor que vem ganhando destaque é Calebe Lopes, 21, também estudante do BI da Ufba. O próprio crítico já acompanha a produção dos curtas de terror de Calebe, que é autor de Um Dia é da Vida, o Outro da Morte e A Noite Mais Longa da Minha Vida, entre outros. De acordo com Barreto, este último possui uma ambientação muito bem realizada, com um trabalho de som notório. “Sem contar o fato de que a fidelidade com que esse diretor tem ao cinema de

“ Os cursos servem como uma arena de experimentação, exploração e desenvolvimento das aptidões necessárias ”

Marcelo Ribeiro,
professor da Ufba

gênero denota algo ainda mais louvável: a vontade de valorizar no mercado um estilo de cinema pouco comum em nossa produção”, elogia.

Gravado na universidade, com um orçamento de pouco mais de R\$1.000, Um Dia é da Vida, o Outro da Morte foi exibido numa vitrine de novos profissionais no Festival de Cannes, um dos mais prestigiados do mundo. A obra foi transmitida este mês no 13º Panorama Internacional Coisa de Cinema, atualmente a maior janela do cinema na capital, que acontece no Cine Itaú Glauber Rocha. Atualmente, Calebe está gravando o curta A Triste Figura, em parceria com a produtora Olho de Vidro. Além dele, outros nomes que se destacam por suas produções universitárias são Adriano Big, com Para Além dos Seios, Iago Cordeiro Ribeiro, autor de Obra Autorizada, Camila Camila e o Coletivo Gaiolas com o curta ANA, entre outros.

No 13º Panorama também foi exibido o aclamado longa Café com Canela, dos estudantes egressos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb), Ary Rosa e Glenda Nicácio. O filme foi vencedor do Prêmio Especial do júri, sendo que antes também já havia sido campeão no Festival de Brasília, na categoria júri popular, recebendo o Prêmio Petrobras de Cinema no valor de R\$200 mil. Para o crítico a obra traz uma imprescindível discussão acerca da religiosidade de matriz africana e da presença feminina na tela, mas em alguns aspectos, alguns filmes universitários falham. “É inegável certa precariedade em sua execução. Isso não chega a diminuí-lo, mas fica a impressão de que a produção se ateuve tanto à sua (crucial) presença social e questionadora que deixou de lado os critérios técnicos que a tornariam mais eficiente como cinema”, aponta.

Extremos

Assim, segundo ele, são dois extremos de produções. De um lado, a que alcança o público de festivais por tocar em temas urgentes e necessários, mesmo deixando a desejar nos critérios técnicos e, de outro, produções que por acabar levando um rótulo de cinema de gênero, não recebem o valor que merece. “O problema (ou solução) reside na distribuição. Cinema é indústria. Tais filmes possuem lugar nos eventos de cinema, mas infelizmente, somente neles. A distribuição é precária. Não alcança as estreias comerciais”, lamenta Barreto. Assim, o que falta, em sua opinião, são editais que foquem em distribuição. O entrave principal é que as telonas não se interessam em lançar esses filmes comercialmente, o que acaba restringindo-os aos circuitos de mostras e festivais, fazendo com que essas obras terminem sendo pouco vistas.

Deficiências

Para Calebe, a produção audiovisual universitária é subestimada em todo o país, mas na Bahia sente que o problema se agrava devido à

Calebe é uma das apostas do novo cinema baiano



Foto: Divulgação

falta de espaços, mostras e festivais que privilegiem o cinema feito por estudantes. “O cinema universitário tem particularidades que precisam ser colocadas em debate, precisa ser pensado, refletido, discutido. É, geralmente, a época em que os cineastas mais experimentam, mais arriscam, mais erram e também onde mais se descobrem caminhos a seguir”, defende.

Na visão de Ana Paula Barreto, estudante do BI em Artes, a expansão dos cursos nas universidades e facilidade de acesso à elas via Sisu e Prouni geraram ganhos de voz a determinados discursos nas produções, abordando temas como racismo, desigualdade social, movimento LGBT, entre outros. “[Entram] pessoas de diferentes origens, com suas bagagens de vida, com diversas formas de pensar. O ambiente se torna um lugar de fala para que esses cineastas em formação, por meio das suas obras, possam lutar pelas suas causas”, avalia.

Recém formado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), em Vitória da Conquista (terra natal de Glauber Rocha), Marcos Silva Rodrigues também queixa-se da falta de espaço para exibição das produções audiovisuais por lá. “O tra-

balho é público e jamais deve ficar só na universidade. Embora essas produções não tenham recursos suficientes para chegar a resultados satisfatórios, precisam ser vistas pelos próprios estudantes e pela comunidade”, afirma.

Recursos

Para se ter uma ideia de valores para a realização de eventos desse segmento, o Festival Tela Universitária, aprovado no Edital da Pró-Reitoria de Extensão (Proext/Ufba), recebeu valor de apoio de R\$1.570,00. Enquanto isso, em sua 16ª edição, o Noia - Festival Nacional de Cinema Universitário, que acontece no Ceará, foi selecionado no Edital de Festivais e Mostras do Ministério da Cultura, sendo contemplado com R\$80 mil. A competitiva já garantiu o mesmo apoio para 2018. O edital faz parte do Programa Nacional de Incentivo ao Audiovisual (Proav), que lançou outros editais no ano passado para Novos Roteiristas, Curtas-Metragens, Juventude Vlogueira, Produção de Aplicativos e Jogos Eletrônicos. De acordo com o Minc, no total foram mais de R\$8,6 milhões destinados a 135 projetos do setor audiovisual.

De toda maneira, as mostras locais e nacionais são mesmo as válvulas de escoamento dessas produções. Além do Festival Tela Universitária, que acaba de ser lançado, outro projeto que mantém esse esforço de exhibir estritamente filmes estudantis é o Cine Virada, que está na quinta edição e acontece na Ufrb, em Cachoeira. No entanto, eventos como o Panorama Coisa de Cinema, o Cachoeira Doc e a Mostra Cinema Conquista também abrem as portas para que essas produções participem.

Há seis anos na experiência como curador em eventos do tipo, João Paulo Barreto observa que, em geral, as obras estudantis circulam em poucos festivais e em poucas sessões públicas. “Não adianta ter ingenuidade em achar que o cinema comercial dará espaço a curtas e longas estudantis. Se não houver algum distribuidor ou produtor interessado em lançar tais trabalhos, eles ficarão restritos. [Os editais] são janelas que não podem deixar de existir. Ou isso ou filmes essenciais ficam restritos às telas do computador”, analisa.

Jogada profissional

Profissionais dos E-sports sofrem com o amadorismo nas relações trabalhistas

Saulo Miguez e Tayane Rodrigues

Desde que começaram a se popularizar, lá pelos idos da década de 1970, os videogames tornaram-se febre pelo mundo. O que antes era apenas uma brincadeira, virou trabalho para jovens que desde muito novos dedicam horas aos jogos virtuais. No entanto, ao menos no Brasil, a evolução em relação à regulamentação dos chamados cyber atletas não acompanhou os avanços gráficos dos games, o que inviabiliza o prolongamento das carreiras dos profissionais do E-sports.

E-sports é um dos termos utilizados para designar as competições organizadas de jogos eletrônicos. Os gêneros mais comuns em competições são o Moba (arenas de batalhas multiplayer online), luta, estratégia e de esportes como futebol.

As grandes competições geralmente envolvem prêmios em dinheiro. No Campeonato Brasileiro de League of Legends (CBLol) deste ano, por exemplo, foram distribuídos 32 prêmios no valor total de R\$ 481.280. O evento contou com 8 equipes disputando o campeonato.

Partida sem regras

A informalidade tornou-se a regra na contratação desses atletas, que não possuem carteira de trabalho assinada ou qualquer outro vínculo mais efetivo com as suas equipes. Esses problemas fizeram com que o hoje estudante de medicina Alexandre von Flach Garcia, 21, conhecido como Alexandre Piolho, já adote o discurso do ex-jogador.

Ainda muito novo, Piolho surgiu no mundo dos games como uma grande promessa. “Videogames, especialmente jogos da Nintendo, sempre fizeram parte da minha vida, principalmente franquias como Zelda e Chronno Trigger”, relata.

Ele lembra que com 13 anos começou a jogar League of Legends (LOL) e aos 15 já era considerado

profissional. Em 2012, jogando pela equipe RMA, ficou na terceira colocação no Campeonato Brasileiro de LOL. Alexandre conta que nunca teve carteira de trabalho assinada ou qualquer vínculo trabalhista com os times que defendeu e que esta foi uma das suas decepções enquanto jogador. “Tive problemas até com o time da Dexterity, pois demoraram cerca de um ano para me pagar os valores que me deviam”, afirma.

De acordo com o gamer, a Riot Games, empresa criadora do jogo, juntamente com outros patrocinadores, eram os responsáveis por remunerar os atletas. Riot Games surgiu como um estúdio independente, em 2006, na Califórnia, e já lançou seus jogos em praticamente todo o mundo. Atualmente, o seu valor de mercado já ultrapassa US\$ 1 bilhão.

Procurada pelo Jornal da Facom, a Dexterity afirmou que a demora no pagamento aos jogadores foi uma decorrência do atraso de mais de um ano do repasse da Riot na época. “Assim que recebemos repassamos para os atletas. O Piolho (que teve uma série de indisciplinas enquanto esteve na organização), recebeu tudo o que lhe era devido, portanto não temos mais nada a falar sobre esse assunto, que já está encerrado há muitos anos por sinal”, informaram, em nota.

Com a carreira curta, o destino de muitos jogadores após pendurarem os joysticks é desenvolver alguma atividade ligada ao universo digital. “Não acho que nenhum jogador atualmente tenha plano de aposentadoria, a maioria simplesmente deixa de jogar e começa a estudar ou trabalhar com algo relacionado ao jogo”, diz Alexandre.

Amadores?

O psicólogo Gabriel Menezes Gonçalves, 28, há 10 anos joga o game FIFA e, desde a versão 2015 do console, se dedica ao modo Pro-clubs, no qual cada pessoa controla apenas um personagem. Ele conta que vem crescendo um movimento do que



ele chama de pseudo-profissionalismo desse jogo, em que pessoas que têm dinheiro montam times e contratam informalmente outros jogadores para sua equipe.

“Não é que os clubes deem lucro, é que as pessoas têm dinheiro e querem gastar para jogar com os melhores. Geralmente essas pessoas [os donos dos times] não são considerados os melhores jogadores, então elas pagam para os melhores jogarem com elas”, explica. Gabriel atualmente defende o FC Brazzers e não recebe salário. Sua remuneração fica limitada às premiações dos torneios que disputa.



Alexandre Piolho (penúltimo, da esq. para a dir.), na comemoração do Campeonato Baiano de LoL, em 2013

Foto: Divulgação site Gamepólitain

Ainda de acordo com Gabriel, o crescimento dessas ligas atraiu patrocínios. No entanto, as bolsas pagas aos jogadores não ultrapassam R\$ 800 por mês. “Alguns ganham salário de R\$ 200, 300... 600 por mês. Outras pagam com jogos, outros com controle, com inscrição em campeonatos. Então existem várias formas de pagamento”, explica.

Há três anos, o psicólogo integra a equipe considerada melhor do país, em que atua como volante e pela qual foi campeão mundial no FIFA 2017. Ele já recebeu propostas para deixar o time, porém, pediu um valor considerado alto para mudar de camisa, o que fez o negócio desandar.

“O teto que chegou de proposta foi de R\$ 5 mil e alguma coisa, por sete meses de contrato, o que daria uns 700, 800 reais por mês, aí a pessoa não quis cobrir e eu não fui. Isso foi ano passado”, lembra.

Parlamentares em campo

Tramita no Congresso um Projeto de Lei que propõe o reconhecimento, o fomento e a regulamentação dos esportes eletrônicos no país. O PLS 383/2017, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), destaca a importância da atividade para a formação tecnológica e intelectual dos cidadãos.

Em entrevista à Agência Senado, Rocha afirmou que a regulamentação por meio de lei oferecerá oportunidades para o crescimento da atividade e colocará os seus praticantes em igualdade com os atletas de outras modalidades. O projeto instituirá também o dia 27 de junho, data de fundação da companhia Atari, como Dia do Esporte Eletrônico.

O documento aguarda designação de relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Segundo a consulta pública do portal do Senado, até o dia 23 de janeiro de 2018, 3.297 pessoas eram a favor do projeto e 3.246 contra.



League of money

Jovens chegam a gastar até R\$ 7 mil com itens extras no jogo eletrônico

Maycon Menezes

Um jovem investir na própria aparência não é algo fora do normal. Devido a crescente popularidade do jogo eletrônico League of Legends também não é incomum saber que esse gasto pode ser destinado, na verdade, para a aparência de um personagem virtual. Com o título de game mais rentável dos computadores de 2017, segundo

o instituto internacional de pesquisa SuperData, é possível ter uma ideia da origem deste posto: o investimento feito pelos jogadores na compra de itens do esporte eletrônico. Para alguns, um investimento no prazer de jogar; para outros, uma possibilidade de negócio que nem sempre se sustenta.

Um desses jogadores é Wenzel Weber, 19. Estudante de direito e estagiário em um Juizado Especial Cível, afirma gastar o equivalente a

R\$ 100 por mês com o jogo. Mesmo sem receber qualquer auxílio financeiro dos pais para a aventura eletrônica, estima já ter gasto R\$ 3.500 nos últimos quatro anos.

Se um dos maiores sonhos que alguém pode ter com essa idade é conhecer vários lugares pelo mundo, o maior arrependimento dele é uma viagem que poderia ser feita com o dinheiro já gasto. Apesar disso, ainda pretende continuar, com cautela, a destinar uma parte dos ganhos mensais no League of Legends. “Quando estou focado em algum objetivo financeiro, corto gastos desse tipo”, diz Wenzel.



Valeu a pena

Por outro lado, o estudante Sérgio Deminco, 20, não sente o mesmo peso na consciência. Reconhece que poderia ter usado os R\$ 1.013 gastos há um ano e meio “com outras coisas”, no entanto garante que o valor o satisfaz. “Eu poderia gastar o dinheiro de outra forma, mas na época eu queria muito o que fiz. Eu me sentia melhor, queria enfeitar meus personagens”, conta Sérgio.

Ele conheceu o game por influência de amigos. Desde então, perdeu o controle sobre os próprios gastos até chegar à conclusão de que não pretende mais utilizar o dinheiro dessa forma. “O próprio jogo me influenciou a gastar. O marketing deles é muito bom. A maioria do dinheiro vinha dos meus pais. Eles ficavam revoltados, mesmo assim eu comprava. Considerava o valor irrisório”, completa Deminco.

Outro que não se arrepende dos valores gastos é o estudante Miguel Chagas, de 19 anos. Na visão dele, a quantia utilizada no jogo também pode ser

Campeonato é uma das formas de investidor lucrar com a prática

vista como um investimento. Desde os 15, já destinou R\$ 7.164 ao LoL. Apesar de os pais o criticarem por conta disso, acredita que pode reaver parte do valor quando vender a própria conta para outro usuário. “Alguns itens podem valorizar no futuro, mas sei que não retirarei cem por cento da quantia gasta. Comprei muita coisa que não era necessária apenas para minha satisfação pessoal”, revela Miguel.

Paixão para uns, lucros para outros. De acordo com o SuperData, fornecedor de dados sobre plataformas digitais, o lucro estimado de LoL, como o jogo também é conhecido, foi estimado em um valor próximo a R\$ 5,771 bilhões em conversão atual. Lançado em 2009, a quantia do game que se tornou rapidamente o maior do gênero conhecido como Moba (arenas de batalhas multiplayer online) é levantada a partir de uma base de 100 milhões de usuários ativos mensais, segundo o último dado referente divulgado pela produtora do game Riot Games no segundo semestre de 2016.

Os gastos no League of Legends podem ser feitos a partir de cartões de crédito ou débito, boleto bancário, depósito e mensagem SMS para a compra de Riot Points, a moeda interna do jogo. Com ela é possível adquirir artefatos que prometem melhorar a experiência do jogador com o esporte eletrônico, como as Skins, que mudam a aparência do personagem; os Pacotes, que liberam mais personagens jogáveis; e os Ícones, que são imagens de avatar que representam o jogador perante aos demais, semelhante a um perfil de rede social.

O estudante Mavíael Neto, 21, tem uma opinião parecida com a de Miguel. Vê os valores pagos no jogo como um investimento, mesmo que não permitam ganhos de habilidade para os personagens, pois “ajuda o jogo a não perder a graça”. De qualquer forma, também está atento a uma possibilidade de recuperar o que foi utilizado se transferir a própria conta para outra pessoa. Palpita que pode receber até metade dos R\$ 2.700 que já foram utilizados. “Apesar que hoje em dia pouca gente compra, se eu achar uma oportunidade, eu vendo minha conta”, afirma Mavíael.

Às escuras

Contudo, a prática de compra e venda de contas não é aprovada pelos termos de uso do jogo. Através dos termos de uso presentes em seu site oficial, a Riot Games proíbe expressamente a transferência delas entre usuários. “Você não deve comprar, vender, entregar ou trocar nenhuma conta, ou fazer qualquer oferta deste tipo, e qualquer tentativa neste sentido será nula e sem efeito. Qualquer distribuição ou divulgação feitas por você de sua conta e/ou de suas

“O próprio jogo me influenciou a gastar.”

Sérgio Deminco

credenciais de Login pode resultar em suspensão ou encerramento de sua conta”, registra a produtora.

Além disso, outra prática feita às escuras é o “elojob”, que é o ato de contratar uma pessoa para aumentar o próprio nível no ranking do game. O “elo”, como é conhecida a classificação, trata-se de um método desenvolvido pela produtora para pontuar jogadores de acordo com a habilidade de cada um. Dessa forma, os valores das contas vendidas de maneira clandestina não dependem só do que foi investido em espécie, mas também desta hierarquia de níveis.

Não é difícil encontrar quem ofereça o serviço pela internet. No Brasil, há sites organizados que oferecem o trabalho por preços que podem ultrapassar os R\$ 1 mil. A responsável pelo LoL ratifica que a prática “pode ter vários efeitos negativos no jogo e em outros jogadores”, além de prometer punições que vão até a banimento dos envolvidos. “O Elojob desvaloriza o comprometimento que muitos dos nossos jogadores têm para conquistar suas posições entre os melhores jogadores do servidor e, quem sabe, até do mundo”, destaca a Riot Games através do site oficial.

A quantia que pode ser empregada no League of Legends de várias formas não para por aí. É preciso equipar o computador com os requisitos de sistema necessários para executar o game. Incluindo componentes periféricos básicos, como teclado e mouse, as configurações recomendadas pela produtora por meio de seu site oficial podem chegar ao valor de R\$ 1637,21, segundo uma média de orçamento feita em três lojas virtuais. Com a adição a esse cálculo de um monitor que atenda a resolução de vídeo exigida, a quantia a ser investida ultrapassa os R\$ 2 mil, de acordo com um famoso site comparativo de preços.

Não é só o League of Legends

Um típico geek - definição que engloba fãs de tecnologia, eletrônica, jogos eletrônicos ou de tabuleiro-, está sujeito a gastar muito mais além do LoL. A gíria inglesa também abrange entusiastas de histórias em quadrinhos, livros, filmes, animes e séries. Quem vê o trabalho final de alguém vestido de cosplay, por exemplo, prática onde os participantes se fantasiam de personagens fictícios da cultura pop japonesa, pode não ter a real noção do planejamento envolvido não só envolvendo tempo, como também dinheiro.

Iaina Estrela, campeã do torneio Yamato Cosplay Cup Brazil em 2012 e primeira baiana a ser premiada em uma competição internacional, afirma não ter nenhum lucro com a atividade, apesar de chegar até na casa do milhar em gastos. “Já fiz cosplays completos com 50 reais como também já gastei mil reais. Depende muito de que tipo de material quero usar. No mínimo eu importo lente e peruca. Já ganhei prêmios em dinheiro, mas não cobrem o que gasto com material”, diz Iaina.

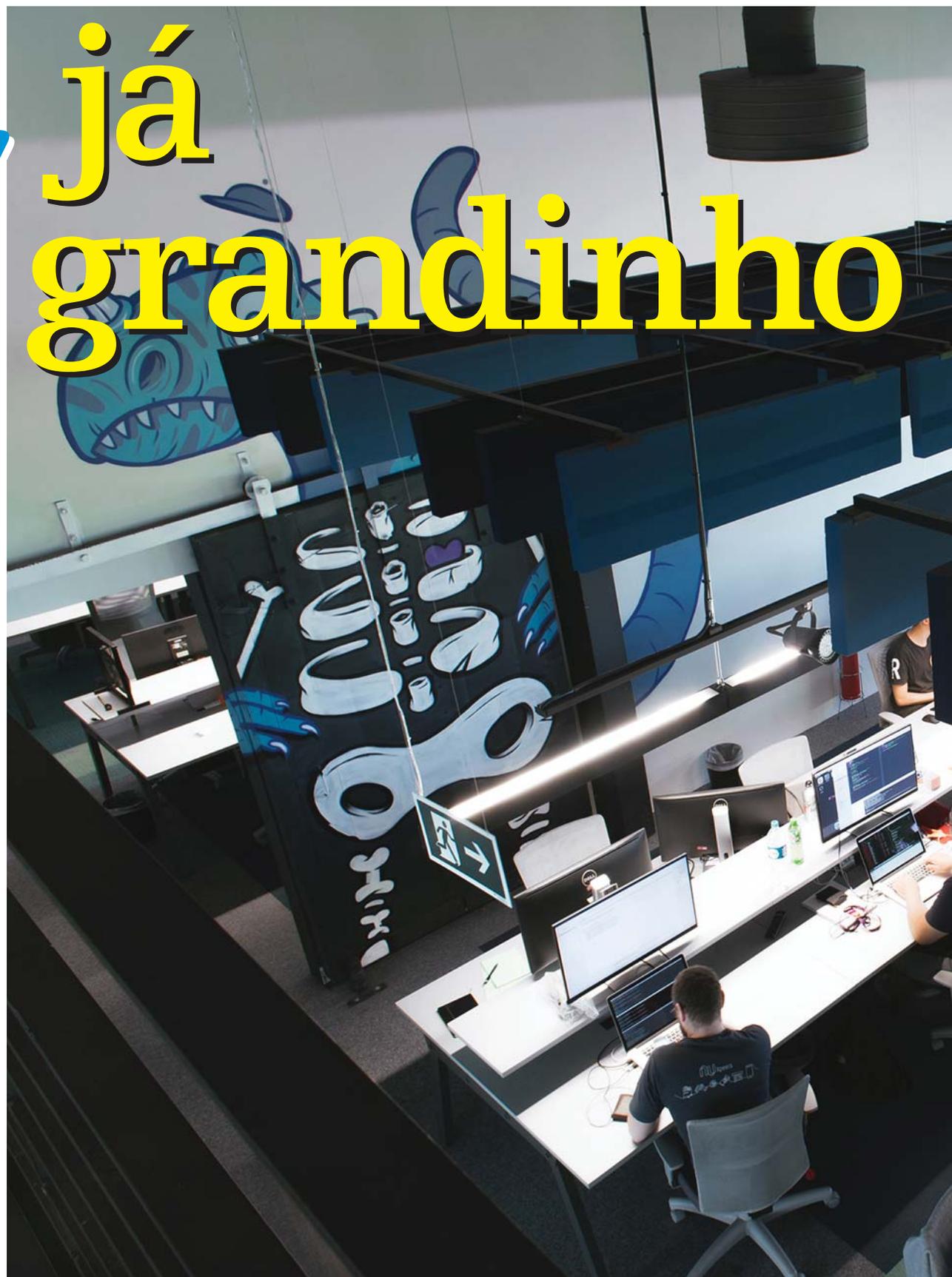
Papai, já estou grandinho

Serviços virtuais são tendência para jovens administrarem o próprio dinheiro

Ingrid Medina

Os juros altos dos bancos fazem com que os seus clientes, principalmente os mais jovens, busquem, novas opções para administrar o seu dinheiro. Devido a esse movimento foram criadas as Fintechs, startups que prestam serviço financeiro com juros menores empregam a tecnologia para oferecer uma maior eficiência ao usuário e. De acordo com uma pesquisa feita pela Federação Global de Fintechs que busca compartilhar histórias de sucessos e desafios para essa área de mercado, o Brasil é o país com mais investimento em empresas desse tipo na América Latina. Enquanto as fintechs brasileiras se destacam nos estudos globais, o público jovem se evidencia como segmento de mercado em crescimento dessas startups. Aproveitando as facilidades de poder ter tudo pela internet, jovens se educam aos poucos com as menores taxas de juros, o maior crédito, mas ainda recorrendo aos bancos com medo dos riscos de clonagem.

A palavra em si é uma combinação dos termos em inglês, “Financial” (Financeiro) e “Technology” (Tecnologia). Essas empresas podem oferecer cartão de crédito -como a Nubank, com três anos de operação - conta bancária digital, Banco Neon e controle financeiro, como o Guiabolso que está há 5 anos no mercado. Como resultados desse crescimento há cerca de 220 startups e o investimento de capital de risco maior que R\$500 milhões. Ao mesmo tempo as autoridades assistem esse setor, estudando modelos regulatórios de outras partes do mundo para aplicar o melhor a realidade. A primeira iniciativa foi do Banco Central do Brasil, em agosto, ao lançar o Edital de Consulta Pública 55/2017 prevendo a autorização das fintechs para



atuar no mercado de crédito e regulamentá-las. Enquanto isso, os jovens da era digital, aproveitam a interface mais simples dos aplicativos, diferentes de outros que podem parecer mais burocráticos.

Caso de Sucesso

Apesar de ter um investimento de R\$420 milhões - 80% do investimento total das fintechs - e vários elogios dos seus usuários, algumas pessoas físicas sem dívidas que não conseguiram participar do Nubank. “Fiquei nove meses esperando. Então, recebi um email dizendo que não consegui entrar. Me estressei e procurei o concorrente, o Digio. Co-

nheço umas nove pessoas, que sofreram o mesmo problema que eu. Enquanto esperava, fiz também um cartão Bradesco”, relata Gabriela Almeida, 21, estudante de geografia.

Usuária do Nubank há onze meses, Júlia Vigné, 21, universitária, não teve esse problema. Ela destaca que foi aprovada em dois dias, e que uma semana depois o cartão chegou. A estudante buscou fazer o cartão pela facilidade de com crédito maior, conseguiu comprar seu celular. “O Nubank para mim é perfeito”. O Santander dava inicialmente para estudante um quinto do crédito inicial ofertado da fintech de R\$ 1000 reais. Mas, ainda possui



Escritório do Nubank: proposta juvenil em todos os processos para atrair clientela

Foto: Divulgação

conta no Santander, pela taxa ser aceitável e no Bradesco, onde recebe o dinheiro do estágio.

Para João Gabriel Veiga, 21, usuário do Nubank há oito meses, a interface do aplicativo mais direta e mais fácil possibilita acompanhar seus gastos. “Mas não vejo tanta diferença entre ele e outros cartões fora essas coisas”. O estudante de jornalismo também possui conta universitária no banco, por passar para ele uma sensação de confiança e estabilidade que ele julga essencial para a economia. Gabriela concorda e considera o banco físico ainda mais seguro. “Acredito que ficamos refém ainda dos roubo de senhas, clo-

nagem de cartões, roubo de dados e fraudes diversas”, ressalta o usuário da fintech há quatro meses. Aproximadamente 70% dos usuários têm menos de 36 anos.

A crise econômica, com as taxas de juros altos dos bancos, acaba propiciando, para quem não tem condição de cobrir esses gastos ir para essas contas digitais. “Essas fintechs são muito atrativas para o público universitário, porque não tem anuidade e não precisa estar vinculado a um banco”, acrescenta Gabriel. Mas, a empresa a qual possui mais de 2,5 milhões de clientes, um milhão de downloads do aplicativo e mais 500 mil

aguardam na lista de espera, começou um período de teste com cobrança de anuidade para um programa de fidelidade. Quem opta, por não participar, ainda não precisa pagar nenhuma tarifa ou anuidade. “As taxas nos bancos e operadoras dos cartões normal giram em torno de 5% + 8% por parcela adiantada, o aluguel da máquina é caro. Já na iZettle, eu pago 2.99% + 5% e a máquina eu ganhei deles. É quase metade do custo de operação”, declara Alexandre Teles, 24, estudante e usuário do Moip para emitir boletos e receber dinheiro na internet e do iZettle.

“Acredito que eles só devam cobrar apenas por serviços complementares como programa de recompensa”, afirma Marcelo Bradaschia, graduado pela Fundação Getúlio Vargas, pesquisador do FintechLab, em busca de conexão e fomento do ecossistema de fintechs nacionais. Ele acredita que a maior diferença entre esses e outros cartões é o custo e o aplicativo com a funcionalidade a mais de bloqueio de cartão e alteração de limite.

Controle Financeiro

Com o número crescente de usuários, o que pode ser a bola de neve é justamente a falta de um planejamento financeiro, o que para o administrador Luís Eduardo Freitas, 38, é problemático. “O uso irracional do crédito, pode levar a população ao superendividamento, um dos principais problemas do mercado consumidor na atualidade”. Cursando MBA em Controladoria e Compliance para Gestão de Negócios, o também usuário do GuiaBolso avalia que os jovens são mais propensos a aderir ao uso das fintechs, pois são adaptáveis à tecnologia. Com relação aos riscos, argumenta que nada é 100% seguro na internet. Além disso, os serviços oferecidos pelas fintechs ainda não são regulamentados pelo Banco Central logo, não há garantia de crédito ou proteção ao direito do consumidor.

Como o limite é alto e ajustável, é necessário ser muito disciplinado para não ficar com dívida. Isso é uma questão de educação financeira, saber economizar, gastar dentro de um limite, algo que se aprende aos poucos. “É um risco que sempre tem, até porque as dívidas existem antes mesmo dos cartões de crédito. Mas com o Nubank é pior por causa dos limites maiores e juros menores, as pessoas podem ter a falsa sensação de que está tudo bem em gastar demais”, observa Veiga. Já Vigné, mantém as duas fintechs no seu celular, apesar de só abrir o GuiaBolso no começo e final de mês, para olhar o saldo final dos cartões e o que tem na conta. Muito controlada, impõe um limite de gastos mensais para crédito e concilia esse limite entre Nubank e Santander. “A plataforma digital me ajudou no sentido de poder monitorar a qualquer momento e em qualquer lugar os meus gastos. Ter o limite é imprescindível. Para uma pessoa que tem problemas, eu indicaria colocar menos limites, pode ajudar”, completa a estudante.

Dinossauro tricolor

Sócio do Bahia há 41 anos, Tillé tem toda sua carreira influenciada pelo clube

Fotos: Acervo Pessoal



Tillemont, hoje radialista esportivo e empresário, é um dos mais antigos sócios do Bahia

Gabriel Rios

Chego à porta da Tillemont's às 15h45. Estava à espera de Antônio Tillemont, um de seus sócios fundadores, ou apenas Tillé, como é mais conhecido pelo programa que apresenta há mais de três anos. Um deles na Tudo FM e dois na Rádio Metrópole, o “Papô com Tillé”. O sócio do E. C. Bahia há 41 anos só chega 20 minutos depois, acompanhado por uma moça encarregada de limpar a sala que fica no Salvador Prime, na Av. Tancredo Neves. Conversamos em um espaço amplo, dividido por uma porta de vidro. Enquanto a entrevista acontecia de um lado, a faxina acontecia do outro. “Leonardo [seu filho] viajou a trabalho para os Estados Unidos e eu ando ocupado com a campanha, a empresa estava fechada há um tempo”, explicou.

A campanha a qual se refere foi pela presidência do E. C. Bahia, na qual concorreu como vice em chapa encabeçada por Fernando Jorge, que acabou sendo vencida por Guilherme Bellintani. Foi a terceira vez que Tillé entrou na disputa. Em 2013, após a intervenção do mandato de Marcelo Guimarães Filho, ocorreu uma eleição “tampão”. Por ter apenas um candidato, Tillé lançou seu nome enquanto participava de um programa na rádio. “O clube sempre pediu que houvesse a democracia, como chega o momento e só tem um candidato? Não podia deixar isso acontecer”, explicou. Na época obteve quase 25% dos votos.

No ano seguinte, chegou como favorito frente a Marcelo Sant’anna. “Quem estava na Fonte Nova pode atestar que não tinha como eu perder aquela eleição”, acredita. Ele tem uma teoria. Alguns fiscais das chapas ficaram numa sala de controle, acompanhando em tempo real a votação via tablet. Um deles passou mal. “Às 16 horas ele saiu com autorização da comissão. Foi aí que me disse que eu estava ganhando desde as nove da manhã”. Ao final da votação, Sant’anna foi eleito. Para Tillé, o que aconteceu foi muito estranho, mas até hoje não pôde provar nada. Em 2017, o torcedor do Bahia teve a última oportunidade de ver Tillemont como dirigente. “Eu me ofereci três vezes, dessa vez como vice, se não ganhar, vou entender que os sócios viram que não era o nome ideal. Acho que é minha hora de parar também”.

Tillé acompanha o Bahia desde os seus 12 anos. É sócio há 41. Gosta de lembrar sempre os grandes jogadores que o time teve na década de 70. Sempre com saudosismo cita o goleiro argentino Buticce e tantos outros. Mas ele mesmo não consegue entender como o clube numa situação financeira muito pior na época chamava a atenção de grandes jogadores e o mesmo não acontece hoje, já que o clube bateu o recorde no ano de 2017 com sua maior receita, chegando quase aos R\$100 milhões. “Existem os jogadores ‘come e dorme’, que só vem para

cá para se divertir. Isso foi praticamente à tônica da atual gestão”, critica. Outra culpada na visão do radialista é a mídia. Pelos times do chamado eixo (sul e sudeste) serem mais valorizados pelas cotas televisivas, chegando a receber cerca de R\$100 milhões a mais que o Bahia pelos direitos de transmissão, os jogadores tentam até o último momento permanecer por lá.

Carrega consigo dois escapulários no pescoço, nos quais está sempre mexendo. O que poucos sabem é que toda essa ligação com o Bahia e com o rádio, talvez não pudesse nem ter acontecido. Por muita influência da sua avó paterna, Tillé quase foi padre. “Já cumpri minha parte religiosa por mais de mil dias seguidos nas missas sendo coroinha”, brinca. O amor pelo futebol e pelo rádio acabou mudando o rumo. No quinto ano primário, foi reprovado e convidado a se retirar do Colégio Antônio Vieira. O motivo? Saía cedo para acompanhar o grande radialista França Teixeira, que para ele marcou a época de 70 com frases memoráveis e avançadas para aquele tempo. Mesmo não tendo seguido o sacerdócio, Tillé mantém a sua religiosidade até hoje. Na sua sala é possível notar vários artigos religiosos. Ele, no entanto, garante que não apela aos deuses pelo Bahia. “Nunca misturei [uma coisa com a outra]. Da mesma maneira que, se eu for pedir, o torcedor do Vitória também vai”, acredita.

Acabou se tornando radialista esportivo. Após ser nomeado diretor de relações públicas da Torcida Jovem (que viu nascer), foi designado, em uma reunião dessa mesma torcida, auxiliar do radialista Oldemar Seixas na rádio Cultura, que fazia o programa: “Bahia, o campeão dos campeões”. Sua trajetória como radialista começava ali. Depois disso, fez de tudo, menos narrar, por causa de um problema de visão. A partir daí já são mais de 40 anos de carreira, com passagens pela Tudo FM, pela Rádio Metrópole e tantas outras.

Neste ponto a conversa foi interrompida pela moça anunciando o fim da faxina. “Estava muito suja, né? ”, perguntou Tillemont, ouvindo um “até que não” como resposta. “Como não? Estava muito suja, tanto tempo sem vir aqui”. A Tillemont’s não é a primeira empresa dele. Antes disso fundou a Antoniu’s, de agenciamento de jogadores, onde permaneceu até novembro de 2014. O desligamento se deu para que concorresse às eleições do Bahia. Com visão de mercado, Tillemont foi pioneiro na Bahia no ramo de assessoria de jogadores. “Eu tinha um diferencial, os jogadores gostavam muito de mim, do repórter. Jogadores me

contavam [informações] e eu mantinha o anonimato, enquanto outros contavam a Maracajá, presidente do Bahia na época. Foi assim que nasceu o Tillemont procurador”, explicou. Na época, por defender os seus jogadores, a relação com a diretoria do Bahia chegou a estremecer.

Depois de explorar muitas carreiras, Tillé já pensa em parar. O que o motiva é a expectativa de acompanhar mais de perto a carreira de Jeanzinho, seu neto de consideração e atual goleiro do Bahia. “Vou curtir, vou acompanhar mais de perto o Jean, ver o crescimento das filhas dele. Seria curtir e trabalho ao mesmo tempo se fosse em prol do Bahia”, concluiu.

O radialista esportivo, o candidato, ou até mesmo o empresário pode pensar em parar, mas é fato que a história desse tricolor de 57 anos estará sempre ligada ao E. C. Bahia. Onde quer que ele vá, todos os caminhos o levam ao Bahia.

“ Eu me ofereci três vezes, dessa vez como vice, e se não ganhar, vou entender que os sócios viram que não era o nome ideal. Acho que é minha hora de parar também.”



O país do Football

Fish, chips, acarajé e abará: jovens baianos se reúnem para acompanhar times da Premier League

Gabriel Moura e Nuno Krause

Um pub com torcedores dos Gunners bebendo cerveja, conversando, torcendo e cantando “We love you, Arsenal.” Uma cena rotineira, caso fosse vista em Londres. No entanto, isso acontece há oito mil quilômetros da capital inglesa, mais especificamente em Salvador. Trata-se do grupo Arsenal Bahia, um dos grupos de torcedores de times ingleses espalhados pela capital baiana, que se reúne há quase quatro anos.

O grupo surgiu de maneira espontânea, por meio das redes sociais. Nenhum dos membros se conhecia previamente. “Houve a marcação, às cegas, de um encontro. Apareceram cerca de 12 pessoas. Então criamos um grupo de Whatsapp e demos sequência aos encontros”, lembra Renato Neto, um dos membros do Arsenal Bahia, que hoje conta com 25 participantes.

Nenhum deles jamais foi ao Emirates Stadium (estádio do Arsenal), um amor à distância compartilhado. Os motivos para começar a torcer pelos Gunners são diversos, desde jogar com eles no video game a simpatizar com um jogador específico. Mas o bonito e vistoso jogo apresentado pelos comandados de Arsene Wenger, técnico do Arsenal, é unanimidade na hora de descrever as razões para torcer pelo clube.

No entanto, para eles, a paixão pela equipe acaba ficando em segundo plano quando acontecem os encontros. Segundo Leonardo Macedo, um dos membros do grupo, o mais importante é a vivência que eles têm a partir da amizade construída por causa da paixão pelo time londrino. “Melhor que ver, torcer ou ganhar o jogo é a ‘resenha’ entre a galera. ‘Comer água’, falar sobre tudo, criar uma amizade com as pessoas que gostam do time. O Arsenal acaba ficando em segundo plano”, conta.

Mas o Arsenal não é o único clube inglês que possui torcida em Salvador. O Brasil Spurs Official Supporters, grupo nacional de torcedores do Tottenham, principal rival dos Gunners, conta com um núcleo na capital baiana, com 30 torcedores associados. O núcleo baiano foi criado em outubro de 2015, um grupo nacional já existia há um ano.

João Gabriel Leiro, um dos responsáveis por gerir o núcleo na Bahia, relata que o processo de conquistar torcedores foi acontecendo naturalmente. “Não há uma divulgação, é mais no ‘boca a boca’. Recentemente marcamos pra ver um jogo no Five (bar voltado para eventos esportivos, no Shopping Paralela) e, ao chegarmos lá, tinham sete torcedores dos Spurs. Nos juntamos a eles, que foram incorporados ao grupo”, conta.

João ainda conta que o grupo possui uma carteirinha que dá aos torcedores direito a brindes, como mousepads, chaveiros e até um certificado de associado. O valor cobrado é de R\$39,90. “É tudo muito organizado. Cada um é responsável por alguma coisa. Eu, por exemplo, fico encarregado de levar a bandeira do núcleo aos jogos”, diz. O Tottenham vem subindo de patamar desde a temporada de 2010/11 e hoje integra o “big six”, grupo dos seis clubes ingleses mais fortes, o que tem atraído novos admiradores.

Além dos grupos, também é notório o crescimento da procura nas lojas por produtos de clubes ingleses. Jacivan dos Santos, vendedor de uma grande loja de materiais esportivos do Shopping Salvador, conta que a camisa do Manchester United, que custa R\$250, é a segunda mais procurada dentre os clubes internacionais, perdendo apenas para a do PSG, que é cobiçada principalmente por causa do seu principal jogador, Neymar. Além disso, o United tem um stand específico na loja, apenas com produtos do clube, que fica ao lado do stand do Esporte Clube Bahia.



Já nas ruas da Avenida Sete, o camelô Juraci, que não quis identificar o seu nome completo, diz que a procura por times ingleses aumentou nos últimos anos. “Claro que as mais procuradas são as camisas do Bahia e Vitória, mas hoje em dia chego a vender em média uma camisa de clube inglês por dia”, relata. Custando R\$30, a mais vendida é a do Manchester City, por causa de Gabriel Jesus, atacante titular da seleção brasileira que vem tendo destaque no clube.

Um dos motivos para o brasileiro se identificar com a Premier League, segundo Elton Serra, comentarista esportivo da TVE e torcedor do Manchester United, é o fato de ela ter se tornado uma liga global, que possui uma enorme quantidade de jogadores estrangeiros. Hoje, por exemplo, a Premier League conta com doze brasileiros, com destaque para Gabriel Jesus, William e Roberto Firmino, jogadores de seleção brasileira.

O investimento feito pela Premier League no Match Day (dia de jogo) é outro componente que atrai o olhar de milhares de pessoas pelo mundo. A experiência de assistir a um jogo da Premier League é completamente diferente da realidade vista



Foto: Divulgação

nos jogos do brasileirão, por exemplo. “Tinha museu do clube, história e troféus. Até mesmo vendo pela TV é outra experiência. Num jogo da Premier League, por exemplo, você tem um pré-jogo com histórias, jogos anteriores, estatísticas e curiosidades, que não é presente nas transmissões de jogos em campeonatos nacionais”, relata Elton Serra, em referência a a experiência que teve ao assistir um jogo do United nos Estados Unidos

Para Ted Simões, crítico esportivo do jornal A Tarde e torcedor do Manchester City, o “péssimo” nível do futebol praticado no Brasil é o grande motivo que leva os brasileiros a acompanharem a Premier League. “O jogo aqui é horrível. Fui assistir à partida do Bahia recentemente e a do Vitória ontem. Não tem condições. É muito ruim, pobre e sem graça. Por isso que as pessoas estão procurando pelos times de fora”, aponta.

Para Ted, a qualidade do futebol aqui é tão abaixo do inglês que gera decepção a alguém da Inglaterra ao assistir um jogo do Campeonato Brasileiro. Ele lembra que no ano passado o cantor Noel Gallagher estava no Brasil e a sua banda foi convidada para assistir ao jogo entre Corinthians e Grê-

mio, líder e vice-líder do Brasileirão à época. Após o jogo, o baixista da banda twittou que o espetáculo foi muito bom, mas o jogo foi uma porcaria.

No entanto, para Elton Serra, o interesse por clubes internacionais não vai fazer com que a torcida dos times baianos diminua, pois envolve paixão. Entretanto, segundo ele, em alguns momentos, o time nacional pode ficar em segundo plano. “Se o cara liga a TV está passando Vitória x Jacuipense e no mesmo horário tem Manchester City x Liverpool, é lógico que o cara vai ver a Premier League”, acredita.

Paixão que dá dinheiro

Quem comemora o sucesso da liga nacional da Inglaterra é a ESPN, emissora que detém a exclusividade dos jogos no Brasil. Segundo o Kantar Ibope, o número de telespectadores desta temporada é 49% maior do que a passada. Alguns jogos, inclusive, chegam a superar os embates envolvendo times brasileiros. Por exemplo, o jogo entre Manchester United e Chelsea, realizado em 5 de novembro de 2017, teve maior audiência que o confronto entre São Paulo e Vasco, transmitido no mesmo dia pelo Sportv.

Os ingleses também já buscam se aproximar do público brasileiro. Na Copa da Liga Inglesa é possível ver nas placas de publicidade anúncios em português, voltados exclusivamente para brasileiros.

“O Brasil é um mercado estratégico para nós, porque aparece nas primeiras posições nas nossas redes sociais e visitas ao site,” disse Claudio Borges, diretor-executivo de relacionamento com torcedores do Manchester City, em entrevista recente ao portal Uol, confirmando que o Brasil é um dos focos do clube inglês para a internacionalização da marca.

O City, inclusive, tem realizado ações para fidelizar o público brasileiro. No ano passado, o clube organizou evento num Pub na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. A celebração contou com a presença de Elano, ex-jogador do time inglês, e do comentarista Alê Oliveira, atualmente no Esporte Interativo. O evento contou com a participação de mais de 200 pessoas. O Manchester tem a intenção de realizar festas do tipo no Nordeste e, segundo Ted Simões, que já trabalhou para o site oficial do clube em português, Salvador é uma das cidades mais cotadas para receber esta ação de marketing do clube.

Ela só pensa em jogar (e ser valorizada)

Jogadoras brigam pela profissionalização e por remuneração em clubes baianos de futebol

Lara Ferreira

Mesmo com o cerco das grandes competições para que os clubes de futebol invistam no futebol feminino, o Esporte Clube Bahia não se inscreveu, em 2017, para o Baianão que é competido pelas atletas mulheres. Apesar disso, no ano passado o time masculino do Esporte Clube Bahia brigou por uma vaga na Copa Libertadores da América, que, por conta de regra implantada pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), precisa ter time feminino disputando campeonato nacional a partir do próximo ano.

Outra contradição é que o Bahia é inscrito no Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, o Profut. Por lá, as regras são claras: “para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no Profut, serão exigidas manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino e oferta de ingressos a preços populares”, diz o regimento. O clube não respondeu ao e-mail da nossa equipe.

Esse não é um caso isolado do Bahia. Para as mulheres, a partida para se profissionalizar no esporte começa mesmo fora do campo. Jogar em um futebol amador, para as meninas, implica em questões salariais. No Brasil, apenas o São José assina a carteira das jogadoras. Os outros times de destaque no futebol feminino brasileiro, como o Corinthians, mantêm um contrato (informal) de remuneração com as jogadoras. Na Bahia, apenas o Vitória tem esse contrato. Por conta da falta de um salário, as atletas não podem se dedicar exclusivamente ao esporte e precisam viver de dupla jornada de trabalho. Railane (20), jogadora do Jequié, time que foi para a final do Baianão com o Lusaca, é uma das jogadoras que têm que lidar com dividir o seu tempo entre o esporte e outra atividade remunera-

da. “Eu trabalho na Câmara Municipal de Jequié. Infelizmente o futebol feminino ainda é amador, principalmente no interior, então para sobreviver tem que haver fonte de renda de algum outro lugar. As meninas aqui ou estudam, ou trabalham, porque não pode ficar parada”.

Apesar de jogar um futebol que ainda recebe o título de amador, as atletas são registradas no BID (Boletim Informativo Diário) da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) como profissionais. O BID é um boletim de tudo o que acontece com os jogadores nele registrados. Para fazer transferências de atleta de um clube para outro ou para um jogador ser convocado para a Seleção Brasileira, por exemplo, é preciso que este esteja registrado no BID. Todos os jogadores do futebol masculino no Brasil registrados no BID recebem salário obrigatoriamente.

De acordo com Quinho, ex-treinador do Vitória, que levou o time ao título do Baianão feminino de 2016, antigamente os campeonatos eram registrados em um papel qualquer pela FBF, mas hoje em dia, as mulheres passam pelo mesmo processo de registro no BID que os homens. Quinho também explica que os times femininos da Bahia ainda não têm condição de remunerar e assinar a carteira das atletas e o registro é feito para não ter problemas de irregularidade. “Os clubes ainda não rendem e não têm recurso pra remunerar as jogadoras. Nesse momento, as atletas são inscritas no BID pelos clubes simplesmente para se livrar da irregularidade, mas hoje se uma menina dessa colocar na justiça, até a CBF entra no meio”.

Quanto à remuneração para as campeãs do Baianão feminino, a FBF, de acordo com regulamento oficial, não há premiação em dinheiro. No Artigo 4º do regulamento, é dito que “à Associação Campeã fica assegurado um troféu, de posse definitiva,

cuja denominação será definida através de Ato Oficial da Presidência da FBF, e mais 30 medalhas para suas atletas e dirigentes”. Em contrapartida, no Baianão masculino também não há remuneração ao clube que ganhar o campeonato. No Artigo 4º do regulamento oficial do masculino é dito que “à Associação Campeã fica assegurado o troféu, de posse definitiva, cuja denominação será definida através de Ato Oficial da Presidência da FBF, e mais 50 medalhas para seus atletas e dirigentes”.

Apesar das dificuldades, Quinho acredita que este ano as atletas serão regularizadas. “É provável que em 2018 as jogadoras se tornem profissionais. Já são no papel, mas para além disso, as meninas que estão no BID terão que ser remuneradas como atletas profissionais ano que vem (2018)”.

“Sou mulher e atleta e quero respeito”

Além desse problema, também há casos de jogadoras que foram vítimas de técnicos abusivos, como relata Maria Vitória, ex-atleta do São Francisco do Conde. “O treinador (André Beijoca) desrespeitava muito as atletas, principalmente a mim. Ele mandou eu pesquisar no Youtube como se jogava futebol, disse que eu não servia nem para jogar o Baianão, me humilhou bastante”. A jogadora do time, assim como outras 18, saiu do São Francisco do Conde em busca de um ambiente mais respeitoso e hoje é artilheira do Baianão feminino de 2017 pelo Lusaca, time que ganhou o campeonato. Essas jogadoras, através de nota em rede social, lançaram a campanha-protesto “Sou mulher e atleta e quero respeito”. Na final do Campeonato Baiano, as campeãs vestiram uma camisa com a frase da campanha. O São Francisco do Conde, maior campeão do Baianão feminino e vice-campeão de 2016, não passou das quartas de final.

(ao lado) Capitã
Andiara recebe a taça
após o título

(abaixo) Jogadora
Neném mostra a
camisa da campanha



Fotos: Maria Carolina/Labfoto



Vermetrópole

Danilo Rodrigues

A personalidade por trás dos vermes espalhados pela cidade

Quem transita pelo centro e pela orla de Salvador se depara com a imagem intrigante de um verme desdentado que está grafitado em diversos muros, portões e até no asfalto das ruas. Se proliferando rapidamente, como um ser que não possui predador natural, gradativamente esse invertebrado tem conquistado territórios. “O verme surgiu na intenção de ocupar os espaços da cidade”, afirma a mente idealizadora do grafite. Ele segue defendendo que a cidade precisa ser mais ocupada pelos artistas para que tragam provocações, críticas e agucem a curiosidade de quem observa.

Esse é justamente o ponto crucial no conceito do verme morotó, conseguir provocar rebuliços em muitas pessoas que percebem a constante presença do polêmico desenho urbano. Afinal, a cidade está empestada de seres verminosos que nos acompanham no cotidiano, ou os vermes somos nós? Questionado em relação ao significado do seu trabalho, o artista alega que a interpretação é da responsabilidade dos olhos de quem enxerga.

O autor dos grafites é um indivíduo que não quis se identificar formalmente por ter a sua visão de arte perseguida pelas autoridades do município, uma vez que sua obra pode ser enquadrada como pichação, que é um ato considerado crime e com a penalização de uma possível reclusão e multas. LVC Vandalismo. Assim ele prefere ser identificado, pois esta é sua “tag” (vulgo que pichadores utilizam como codinome ou assinatura).

Essa tag não se encontra associada ao verme soteropolitano, pois, LVC diz ter um anseio em eli-

minar o ego no processo criativo, fazendo com que o personagem possa ganhar mais vida em paralelo à personalidade do próprio sujeito criador. Dentro desse contexto, confessa também que não imaginava que esse fenômeno fosse ganhar a proporção atual. “Me convidaram para uma exposição no MAM e pude expor com outros artistas”, declara LVC.

Para revelar seu histórico, ele fala do seu engajamento na pichação, que começou aos 11 anos de idade, e como se sente atraído pela estética do grotesco. “Já realizava antes trampos assim pela cidade com outros desenhos e riscos”, revela o grafiteiro. Olhares mais atentos aos riscos da cidade podem lembrar da colagem do desenho de uma caveira com o número 13 na testa, que era também de sua autoria.

Perdera o interesse na arte institucionalizada, deixou de frequentar o curso de música na UFBA devido ao que ele classifica como “compromisso padronizado”. Sentia dificuldade de se adaptar, porém acredita na espontaneidade da produção artística. Manteve-se envolvido com a musicalidade, com filmagens e com a cultura do skate, âmbitos que também influenciam sua concepção sobre a pichação e o grafite, e que se encaixam na ideia de ocupar espaços, que demonstra ser um pilar importante na sua criação. Com cerca de uns trinta anos de idade e querendo ocupar mais lugares, LVC começou a desenhar estampas de camisas e bermudas com o seu verme, adentrou o caminho da moda, e, indo contra a lógica industrial, elabora as peças de roupa de maneira artesanal e com preços que vão de trinta a cinquenta reais, variando de acordo com a estampa elaborada.

Apesar de não ter se preocupado em pensar num nome para sua marca, essas novas ações realizadas por ele são os primeiros passos dentro de um desenvolvimento de marketing, o que pode resultar numa maior notoriedade para o signo verminoso. “Sempre admirei as marcas gringas do skate, a gente precisa ter a nossa marca”, confessa LVC Vandalismo. “Já percebi também que as roupas têm provocado curiosidade nas pessoas”, acrescenta.

Há quanto tempo o verme está entre nós não foi revelado pelo autor, mas, observando atentamente, sabe-se que é um trabalho atual e vigente, como a pichação que houve dessa imagem cerca de três dias após o recente recapeamento na avenida Garibaldi. Esse ato específico de pichar o asfalto tem uma característica singular que é a sua espontânea efemeridade, pois o constante movimento de veículos acaba apagando aos poucos a tinta ali utilizada. Contudo, LVC fala da necessidade de se reinventar. “Quero provocar a cidade de outras maneiras. Ando de skate por aí e percebo que Salvador pede novas intervenções”. Com esse pensamento circulando pela mente do artista, pichador e grafiteiro, ficam a seguintes questões: será que cada vez menos veremos os vermes difundidos pelos caminhos da metrópole baiana? O que vem de novo por aí? E a partir de agora, estaremos mais atentos às manifestações trazidas por indivíduos que, com os seus traços expostos em becos e avenidas, nos fazem adentrar um pouco em suas próprias inquietações?